

A REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA (RMB) E AS GUERRAS MUNDIAIS*

No século que vai findar, e, pelo que parece, em outros muitos subsequentes, a guerra é e ha-de ser, alem de tudo, uma fatal instituição.
(Sabino Eloy Pessôa, *RMB*, de 1881)

ANDRE LUIZ MELO TINOCO NOGUEIRA**
Historiador

SUMÁRIO

O fenômeno guerra
A *RMB* na virada do século XIX para o XX
As forças navais no início do século XX pelas páginas da revista
A *Revista Marítima Brasileira* e as Marinhas da Grande Guerra (1914-1916)
RMB e a Marinha do Brasil na Grande Guerra (1917-1918)
Marinha do Brasil no período entreguerras (1919-1939) e a *RMB*: A
necessidade de atualização dos meios navais e a aproximação com os
norte-americanos
A revista na década de 1930
Brasil na 2ª GM e as publicações *RMB*: o fim da neutralidade e a atuação da
Marinha brasileira na Batalha do Atlântico
Considerações finais

O FENÔMENO GUERRA

Falar sobre guerra é compreender a possibilidade de enxergar diferentes abordagens que, ao longo dos estudos da História, buscaram observar

as conjunturas fatorias e as causas e motivações presentes nos momentos de eclosão desses eventos. Ao longo do desenvolvimento natural das sociedades, as particularidades transformaram o fenômeno guerra em um evento entendido

* Artigo baseado na dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Título original: “A *RMB* através do tempo: o envolvimento da Marinha de Guerra do Brasil nos conflitos mundiais do século XX, pela perspectiva de um periódico militar”.

**Doutor em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em História Social pela Unirio.

como fruto de seu tempo, que, ao mesmo passo que se configura como amplo em suas definições teóricas, se faz restrito às especificidades de cada época em que tais conflitos foram conflagrados. O conceito de guerra é resumido muitas vezes a uma simplista ideia de “disputa violenta entre grupos distintos de indivíduos, com determinada forma de organização, agindo isoladamente ou em coletivos”, mas, quando fazemos referência à gênese da guerra, torna-se necessário descrevê-la como um estado natural e herança do homem em evolução. Se a violência é a lei da natureza, e a hostilidade a reação automática dos homens, então a guerra não seria nada mais do que a expressão dessas atividades praticadas coletivamente, como as palavras de Rui de Azevedo Teixeira: “A apoteose da violência é a guerra”¹.

Podemos também partir para o desenvolvimento intelectual de duas concepções, tendo na primeira e mais importante a conclusão de que os fatores mais fundamentais nas causas de guerras são aqueles oriundos da natureza humana e de seu comportamento. Nessa concepção, as guerras seriam fenômenos ocasionados pela estupidez e pelo egoísmo hobbesiano inerentes ao homem, sendo outras causas das guerras secundárias e subordinadas a esses fatores, então naturalizados. Uma eventual eliminação da figura da guerra nas sociedades só passa a ser possível então partindo da conclusão de uma necessária mudança no comportamento psicológico e no entendimento do homem como ser e agente social, apontando a necessidade de se usar a análise política para complementar e organizar as descobertas dos fatores sociais e psicológicos na compreensão das causas da guerra. A

segunda concepção está relacionada à explicação das causas da guerra a partir da organização interna dos Estados e da tentativa de estabelecer momentos de prosperidade, corrigindo seus defeitos para se alcançar a paz.

Continuando nossa breve e panorâmica busca, a fim de elucidar o evento por meio de diferentes interpretações, temos a análise de Loureiro Santos, que também estabelece a guerra por concepções naturalistas, como, por exemplo, o que ele chama de noção cataclísmica, pela qual se analisa e compreende a guerra como uma estática e inevitável catástrofe a ser enfrentada. Numa guerra real, há uma mistura de todas estas concepções e, portanto, todas as armas que são utilizadas visam à paz, mas é uma paz que seja favorável aos vencedores, e é isso que se pretende quando se parte para uma guerra (SANTOS, 2000). Essa abordagem natural do fenômeno também é considerada por um dos mais reconhecidos teóricos de guerra de todos os tempos, o general prussiano Carl Von Clausewitz (1780-1831), que teceu suas considerações iniciais sobre a guerra em sua obra *Da Guerra*.

Clausewitz concebe a guerra como “um ato de violência para levar o inimigo a fazer a nossa vontade” e, sobre sua referida noção de violência, ainda comenta: “a violência, ou seja, a força física, (...) é, pois, o meio; a submissão compulsória do inimigo à nossa vontade é o objetivo último” (2003, p. 3). Suas concepções sobre a guerra geraram as primeiras reflexões sobre o fenômeno em sua expressão moderna, visto por ele pela ótica de ferramenta para uso da política de Estado, e essas análises são oriundas de suas experiências pessoais com as guerras da Revolução Francesa e em conflitos

1 TEIXEIRA, Rui de Azevedo. *A Guerra e a Literatura*. Lisboa: Editora Vega, 2001, p. 14.

contra os exércitos do General Napoleão Bonaparte, seu contemporâneo.

A violência e as sinalizações estratégicas que os embates napoleônicos exigiam produziram um perceptível entendimento de estrutura e gênese do fenômeno nos textos de Clausewitz. Assim,

afirmamos, pois, que a guerra não pertence ao domínio das artes e das ciências, mas sim ao da existência social. Ela constitui um conflito de grandes interesses, solucionado através de sangue, e é só por isso que difere dos outros conflitos. Seria melhor compará-la, mais que a qualquer arte, ao comércio, que também é um conflito de interesses e de atividades humanas; assemelha-se mais ainda à política, a qual, por sua vez, pode ser considerada, pelo menos em parte, como uma espécie de comércio em grande escala. Além disso, a política

é a matriz na qual a guerra se desenvolve; os seus contornos, já formados de um modo rudimentar, escondem-se nela assim como as propriedades dos seres vivos nos seus embriões (CLAUSEWITZ, 2003, p. 127)

A análise de Clausewitz da amálgama entre o campo político e a guerra se tornou recorrente em observações em sua obra, bem como expressa em sua famosa máxima: “a guerra não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento

político, uma continuação das relações políticas (...) por outros meios” (2003, p. 27), em que a diferença entre os conceitos estaria apenas nos meios dispostos a serem utilizados.

Em outra abordagem sobre a conceitualização do fenômeno, temos o historiador inglês John Keegan (2006), que abre sua obra, *Uma história de guerra*, com uma provocação aos que se guiam pela máxima de Clausewitz como absoluta em sua interpretação. Ele afirma, no início de sua análise, que a guerra não seria a continuação da política por outros meios, mas sim uma questão que move e moverá interpretações de acordo com as mudanças sofridas pe-

las mentalidades e pelo mundo em geral. A frequência de conflitos ocorridos, dos mais variados aspectos, traz percepções e obriga o historiador a adotar metodologias diferenciadas para cada abordagem, dos mais variados aspectos e que abrangem esse conceito.

Neste nosso diálogo introdutório so-

bre guerra, partimos então do entendimento que se configura como um fenômeno amplo, que foge *a priori* de uma simples manifestação da natureza destrutiva e se configura em profundas análises de fatores sociais, políticos, ideológicos, inerentes ao entendimento psicológico do papel do homem em sociedade. Conceitos-chave, como o papel social, o *status*, a mobilidade, a dinâmica e a interação social, a estratégia, a função social e a estrutura, ampliaram o espectro das pesquisas, na medida em que trouxeram novas questões,

Observar a RMB é buscar compreensão da dinâmica de relações sociais, dos vieses políticos e da estruturação do pensamento dos militares, para entender como se configurou o surgimento das duas grandes guerras mundiais

novos instrumentos analíticos e novas reflexões para os historiadores a partir de outras categorias.

Assim, estudar guerra é estudar instituições, como, em nosso particular caso de interesse, a Marinha do Brasil. E estudar a nossa Marinha é, sem dúvida, esbarrar e se debruçar nas possibilidades de estudar a *Revista Marítima Brasileira (RMB)*, vendo como as publicações nos fornecem novas abordagens para entender a base que o conceito de guerra ganha ao longo de nossa contemporaneidade. Observar a *RMB* é analisar e dar luz ao tratamento de fonte impressa, da caracterização de um periódico, para buscar uma compreensão da dinâmica dessas relações sociais, dos vieses políticos e da estruturação do pensamento dos militares, alvo específico de leitores do periódico, para entender, em suas publicações, como se configurou e foi demonstrado ao longo do século XX, principalmente, o surgimento do evento guerra, transfigurado aqui sob a luz das duas grandes guerras mundiais.

A RMB NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX

Para melhor compreender onde se insere o periódico, objeto de vital ferramenta de análise não só sobre sua instituição fundadora, mas para todo o cenário histórico em que seu surgimento se insere, observamos que a produção periódica é entendida como um gênero recorrente no

Brasil do século XIX, momento quando revistas e jornais começam a ser publicados sem grandes casas editoriais próprias. No período em que se insere a chamada imprensa oitocentista, verifica-se uma crescente leva de periódicos voltados a assuntos referentes ao universo das Forças Armadas, como os estudos de seus processos de modernizações e transformações sofridas ao longo do século, o movimento de profissionalização que acompanhou tais mudanças em ambiente militar, as modificações políticas e, ainda, debates sobre os impactos que essas temáticas ofereciam para a chamada

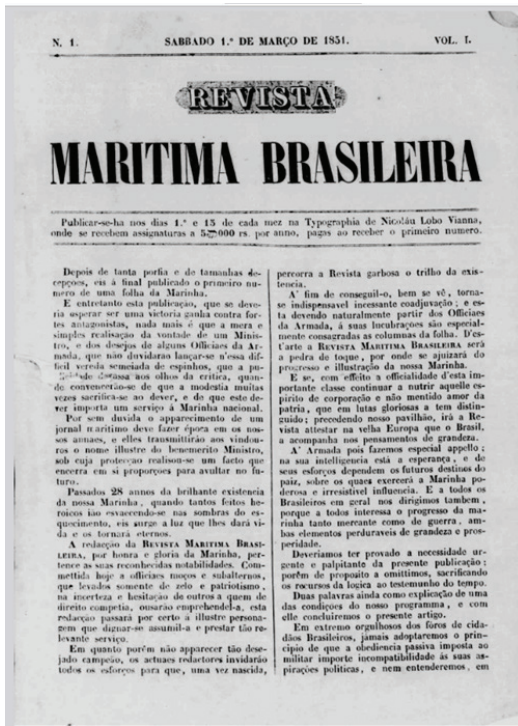
arte da guerra e toda a preparação militar nela envolvida.

Tais periódicos eram, em sua maioria, publicações voltadas para um público-alvo particular, prioritariamente militares oficiais, e produzidas pelos mesmos, mas que buscavam dialogar com outro público que encontrasse ali assuntos de interesse em comum. Assim,

diversos títulos de periódicos com temáticas militares aparecem no cenário editorial nacional, no referido século, tais como: *O Militar no Rio de Janeiro*, *O Soldado Afflicto*, *O Soldado Brasileiro*, *Annaes Maritimos*, *Tribuna Militar*, incluindo também a própria *Revista Marítima Brasileira*.

O Professor José Miguel Arias Neto (2014) aponta para uma importante observação a ser considerada ao olharmos para o fomento de uma imprensa militar no século XIX: o fato de que a maioria

O Clube Naval permitia aos oficiais o acesso à cultura letrada e aos debates políticos mais recentes europeus. Estudar a RMB é enxergar como determinados fenômenos foram percebidos e compreendidos pela instituição militar do Brasil



Edição nº 1 da RMB, impressa em 1851

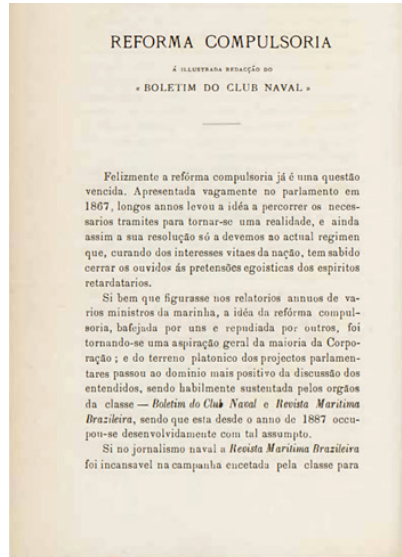
dos periódicos militares teve sua origem de produção após 1850, o que indicaria um momento favorável que o Império do Brasil estava vivendo, com uma notável percepção de estabilidade política e reformas benéficas, e como isto poderia estar ligado a um estímulo direto aos militares, o de divulgar à imprensa nacional os movimentos crescentes em que estavam envolvidos, opinando acerca de e em nome de suas respectivas instituições. Ao lidarmos com produções específicas e ao nos debruçarmos nos estudos sobre militares, precisamos manter em mente o importante raciocínio de que “(...) é sempre útil e necessário relembrar que os militares não são detentores de um pensamento homogêneo nem de um projeto político igualmente acatado por todos” (D’ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 25).

Assim como visto na elaboração do projeto que constituiria a *Revista Marítima Brasileira*, percebemos que o fenômeno crescente de exposições de militares no meio da imprensa, no cenário brasileiro da política do Segundo Reinado, faz se concretizar na existência de específica rede particular de circulação, produção e divulgação de periódicos, uma imprensa periódica voltada especificamente para assuntos do meio militar, concebida diferentemente da imprensa regular geral. Estes oficiais, produtores de conteúdo impresso, configuram-se como uma elite intelectual específica, graças à formação propiciada por escolas como a Escola Militar ou em clubes oriundos de afiliações de militares para estudo e discussão, como o Clube Naval, que permitia aos oficiais o acesso à cultura letrada e aos debates políticos mais recentes inaugurados na Europa.

As revistas militares nesse período, em geral, se identificavam como porta-vozes dos interesses da classe militar e de sua instituição. Estudar a *RMB*, por exemplo, é poder enxergar como determinados fenômenos foram percebidos e compreendidos pela instituição militar do Brasil.

AS FORÇAS NAVAIS NO INÍCIO DO SÉCULO XX PELAS PÁGINAS DA REVISTA

No momento da virada do século XIX para o XX, a *Revista Marítima Brasileira* se preservava à distância de qualquer tomada de posicionamento que pudesse emitir conflituosa ideia a uma instituição militar, referente ao processo político de transição para o modelo republicano. Na edição de 1890, sob direção-geral do então



Presença de artigo com caráter oficial e informativo na edição de 1890

Capitão-Tenente Carlos Vidal de Oliveira, há a presença de artigo com caráter oficial e informativo, tratando sobre as alterações ocorridas no quadro estrutural de oficiais da Marinha do Brasil. O artigo “Reforma Compulsória” foi escrito pelo já Vice-Almirante Eduardo Waldenkolk e trata de tecer elogios à nova promulgação de lei, posta em prática pelo Marechal Deodoro da Fonseca, no comando do governo provisório, em que este instituiu a reforma por limite de idade para os oficiais combatentes, o que, na concepção do Almirante Waldenkolk, “atendeu às duas mais palpitantes necessidades da Marinha de Guerra – emulação aos moços, descanso e conforto aos cansados servidores da Pátria”.² Para o autor, ainda, essa medida foi “a página de ouro do primeiro ministro da Marinha dos Estado-Unidos do Brazil”, marcando um indicativo promissor para o que era esperado de melhorias e necessi-

dades para a Marinha do Brasil, com uma gestão do governante de origem militar. Em artigo referente ao papel do Clube Naval como ambiente de convergência do apoio das forças navais do Brasil ao projeto republicano e na confiança que os oficiais tinham em melhorias que viriam a partir da instauração deste novo modelo de governo, demonstra-se uma discrepância com o discurso de posicionamento político do editorial de se manter nulo diante de posições ideológicas políticas e do próprio projeto do Clube. Nas palavras do autor do artigo:

Quando a história estudar com calma os acontecimentos que precederam e motivaram o advento da Republica, ver-se-há que o Club Naval sempre foi um centro de propaganda republicana, um núcleo de oposição às forças ainda vivas do regimen monarchio: a

2 WANDENKOLK, Eduardo. “Reforma compulsória por limite de idade”. *Revista Marítima Brasileira*, Anno 9, volume 17, 1890, p. 18.

maioria de seus membros foi obreira consciente da demolição do throno.³

O século XX surge e, num inicial momento, observamos que a *Revista Marítima Brasileira* mantém sua vigente estrutura editorial, não alterando a relação dos assuntos tratados pelo periódico, que versavam sempre, para o já citado âmbito marítimo e naval, sobre assuntos técnicos-militares e, ainda, com artigos estritamente de caráter informativo de ordem militar, incluindo breves biografias e homenagens a heróis militares da Guerra do Paraguai. Sobre os avanços em investimentos navais e tecnologias novas, a Marinha brasileira ficava para trás, se comparada à de potências europeias com tradição marítima, pois contava com equipamentos defasados e antigos, remanescentes do conflito com os paraguaios e que não foram substituídos ou aperfeiçoados devido a problemas com investimento nos setores industriais navais. A Marinha brasileira das primeiras décadas do XX ainda estava se recuperando dos momentos difíceis vividos durante a Revolta da Armada de 1894, tanto materialmente como politicamente. No período, foram adquiridos os seguintes meios navais: um cruzador pesado, três cruzadores torpedeiros e dois encouraçados guarda-costas, que juntaram-se a uma Esquadra bastante ultrapassada (ARAUJO, 2005).

Como observou o Vice-Almirante Armando Vidigal, a respeito do final do século XIX, “definitivamente, países que não se industrializaram estavam

afastados, de maneira irremediável, da condição de grandes construtores navais e, (...) conseqüentemente, da possibilidade de disporem de um poder naval de alguma expressão real” (1985, p. 45). Há perceptível disparidade de tecnologias entre as Marinhas brasileira e norte-americana, notada, por exemplo, em artigo da edição da *RMB* de 1901⁴, sob o título “Canhão norte-americano de 16 polegadas (40”,6)”, uma análise do mencionado armamento, utilizado havia algum tempo pelos norte-americanos na defesa de seus portos. O autor A. Ferraz, capitão-tenente e engenheiro naval, observa um favorável momento econômico dos Estados Unidos, que contava com recursos financeiros importantes para serem usados em suas artilharias e forças militares, frutos de uma indústria bélica próspera, conseguindo inclusive rivalizar em igual eficiência com as das potências europeias do mesmo período.⁵ Consta ainda no texto uma observação sobre a situação brasileira:

Nossa pátria não póde, sobretudo ainda em transe de uma dolorosa reconstituição financeira, fazer os mesmos prodígios. Póde, entretanto, aspirar que alguma coisa se faça, mais modesta embora, mas que seja de algum modo digna de sua importancia como nação. Nossas fortalezas, referimo-nos às de marinha, estão em tão desolador estado, sob o ponto de vista de suas artilharias, que seu rearmamento é, de todo, o ponto urgente e inadiavel.⁶

3 FREITAS, Carlos Vidal de Oliveira. “Club Naval”. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, volume 17, 1890, p. 177.

4 FERRAZ. A. “Canhão norte-americano de 16 polegadas (40”,6)”. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, Anno 10, volume 12, p. 60.

5 FERRAZ. A. “Canhão norte-americano de 16 polegadas (40”,6)”. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, Anno 10, volume 12, pp. 62-64.

6 FERRAZ. A. “Canhão norte-americano de 16 polegadas (40”,6)”. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, Anno 10, volume 12, p. 65.

O Ministro Júlio César de Noronha deu início ao movimento de reformas com a elaboração do Programa Naval de 1904. Este programa foi apresentado em um momento em que as expectativas do governo se alteravam. Nos dois primeiros anos do novo governo, Júlio César de Noronha foi responsável por formular um diagnóstico acerca da Marinha do Brasil e propôs um plano de reorganização naval. Em 1902, ele já havia constatado que

(...) o nosso material flutuante está tão empobrecido que nem sequer conta uma verdadeira unidade de combate, na moderna acepção do termo. Efetivamente, exceção feita dos guarda-costas *Deodoro* e *Floriano*, do Cruzador *Barroso* e dos cruzadores torpedeiros *Timbira*, *Tupi* e *Tamoio*, que, no seu gênero, são eficientes, e bem assim do *Riachuelo*, *Aquidaban*, *Benjamin Constant* e *República* que podem ser utilizados como força de reserva, nenhum outro navio tem o menor valor militar (...). Assim sendo, outra coisa não nos é lícito fazer, senão enfrentar o problema da reconstituição do nosso poder naval com resolução e patriotismo, distinguindo com justeza o que é vital, indispensável do que acessório, adiável,

Nas proximidades da Grande Guerra, a *Revista Marítima Brasileira* publicou comparativos entre as forças navais das Marinhas europeias, observando tecnologias que aumentavam a eficiência dos meios marítimos

a fim de que a renda pública seja bem utilizada. O preparo para a guerra é o melhor meio de torná-la improvável.⁷

Assim, entendemos que o ministro procurava demonstrar a necessidade de dar ao Corpo da Armada uma formação profissional, em conformidade aos aperfeiçoamentos advindos dos progressos da indústria. No mesmo relatório, eram apresentados o plano global de reforma para a Marinha do Brasil e as medidas já tomadas no sentido de sua implementação. Ele se resumia a pontos básicos,

como a remodelação do material bélico naval; a instrução e o adestramento do pessoal cujo dever é guarnecer as novas embarcações; o preenchimento de pessoal especializado que cobrisse as necessidades existentes nos corpos de Marinha; e a criação de um porto militar com usina apropriada, não só à

reparação, como à construção de navios.

Em março de 1905, a *RMB* publicou o artigo “A artilharia para os encouraçados brasileiros do programma de 1904-05”⁸, que estabelece a necessidade da ampliação do número de encouraçados, navios com melhor estrutura de defesa e artilharia mais eficiente para combate costeiro. Em 31 de dezembro de 1909, foram incorporados à Esquadra os con-

7 BRASIL. MINISTÉRIO DA MARINHA. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Contra-Almirante Júlio Cesar de Noronha, Ministro de Estado dos Negócios da Marinha. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903, p. 7.

8 ANÔNIMO. “A artilharia para os encouraçados brasileiros do programma de 1904-05”. *Revista Marítima Brasileira*, Anno 14, n. 8-9, 1905, p. 1.224.

tratorpedeiros da classe *Pará*, os primeiros navios planejados de acordo com o Programa Naval de 1906. A construção ficou a cargo do estaleiro inglês Yarrow, e os navios receberam a designação de CT (Contratorpedeiro), seguida da numeração: CT-2 *Pará*, CT-5 *Paraíba*, CT-1 *Amazonas*, CT-10 *Mato Grosso*, CT-4 *Rio Grande do Norte* e CT-3 *Piauí*. Em 1910 chegaram os demais CT. Eram eles: CT-6 *Alagoas*, CT-7 *Sergipe*, CT-8 *Paraná* e CT-9 *Santa Catarina*.⁹

Na década de 1910, nas proximidades da deflagração da Grande Guerra, a *Revista Marítima Brasileira* procurou atentar, em suas edições, para comparativos entre as forças navais das Marinhãs europeias, observando os novos usos de tecnologias industriais que aumentavam a eficiência dos meios marítimos. Na edição de janeiro de 1911, verificamos a existência de dois artigos que seguem neste propósito, “Marinha de guerra japonesa”¹⁰ e “Futuro da Marinha russa”¹¹, dedicados a tecer comentários sobre estas Marinhãs

e suas *performances* nos conflitos que se sucediam no século XX, oriundos das já citadas problemáticas políticas e diplomáticas vividas em solo europeu. É notável na *Revista Marítima Brasileira*, a partir de 1910, um teor, em seus artigos de indubitável certeza, de uma breve conflagração em guerra, que eventualmente pudesse despendar envolvimento da própria Marinha do Brasil, aumentando assim a necessidade de preparo humano e bélico.

A REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA E AS MARINHAS DA GRANDE GUERRA (1914-1916)

Na primeira edição de 1914, na seção Noticiário Marítimo, é mostrada uma tabela comparativa das esquadras de guerra das grandes potências militares vigentes até então, baseada em estatísticas e dados retirados, segundo o organizador da seção, Capitão de Corveta Francisco Antonio Pereira, do Departamento de Inteligência norte-americano.

	Construídos	Em construção	Total
Inglaterra	2.052.711	538.580	2.591.291
Alemanha	943.338	284.870	1.228.208
Estados Unidos	760.002	161.842	921.844
França	645.891	230.264	876.155
Japão	497.199	204.900	702.099
Rússia	283.681	401.692	685.373
Itália	259.136	192.953	452.089
Áustria	98.351	60.389	258.740

Comparativo organizado quanto à tonelagem
(PEREIRA, 1914)

9 MENDONÇA, Mário de; VASCONCELOS, Alberto. *Repositório de Nomes dos Navios da Esquadra Brasileira*. 3ª edição. Rio de Janeiro. SDM, 1959, pp. 192-195.

10 VINHAES, Augusto. “Marinha de guerra japonesa”. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, n. 7, 1911, p. 1.259.

11 PORTUGALOF, Nicholas. “O futuro da Marinha russa”. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, n. 7, 1911, p. 1.229.

	<i>Dreadnought</i> ¹²		Cruzadores couraçados		<i>Pré-dreadnought</i>
	Construídos	Em construção	Construídos	Em construção	Construídos
Inglaterra	18	14	9	1	40
Alemanha	13	6	4	3	20
Estados Unidos	7	5	1	3	24
França	2	9	x	x	18
Japão	2	4	x	x	13
Rússia	2	7	x	4	8
Itália	2	7	x	x	8
Áustria	2	2	x	x	9

Comparativo organizado quanto a navios couraçados
(PEREIRA, 1914)¹³

Podemos analisar, por estas informações, que a Inglaterra inicia o confronto internacional contando com uma composição naval mais diversificada e com maior quantitativo de embarcações, dispondo ainda de cruzadores de batalha leves e outros navios de guerra de classes anteriores aos famosos *dreadnoughts*. Notamos uma crescente preocupação nas publicações da *Revista Marítima Brasileira* com relação às movimentações militares nos mares, tendo na mesma edição de janeiro de 1914, na seção Revista de Revistas, uma tradução de texto norte-americano extraído da revista *The Navy* e de autoria dada ao Comandante J. S. McKean, sobre a importância estratégica do Canal do Panamá para as forças navais e a logística comercial europeia. Para o comandante, devia-se atender a requisitos estratégicos essenciais para determinar o rumo e a eficiência de uma Marinha em subjugar seu adversário no

mar em situação de combate, nos campos de tática e estratégia naval, priorizando a utilização de maior quantitativo de homens e melhores navios e canhões do que o oponente dispõe¹⁴. Obter controle no mar em época de guerra é um princípio básico no que diz respeito à estratégia marítima, pois “o fim principal de toda guerra marítima reside na conservação, para um beligerante, da liberdade das vias marítimas, negando-a, por outro lado, ao adversário” (GABAGLIA, 1953, p. 73).

Ao romper da Grande Guerra, é publicada nas páginas da *RMB*, na edição de agosto de 1914, uma breve passagem de cunho informativo, de autoria do Capitão-Tenente Affonso Livramento, oficializando o início da guerra na Europa, observando que o evento já era esperado por todos aqueles que acompanhavam as movimentações militares, porém igualmente temeroso pelos que se viam em situação de alerta constante

12 *Dreadnought* foi o tipo predominante de navio de guerra encouraçado no início do século XX, o mais avançado e que serviu de modelo para os posteriores. Foi construído em 1906 pela Marinha britânica, sendo considerado o símbolo máximo do *status* militar, sendo alvo de cobiça entre as grandes Marinhas pelo mundo que desejavam tal poder de fogo.

13 PEREIRA, Francisco Antonio. Noticiário Marítimo. *Revista Marítima Brasileira*, Anno 33, n. 7, 1914, p. 1.343.

14 COITINHO, J. I. S. “Valor estratégico e comercial do Canal do Panamá”. *Revista de Revistas. Revista Marítima Brasileira*, Anno 33, n. 7, 1914, pp. 1.081-1.084.

de uma eminente deflagração de conflito em solo europeu. O autor escreve então, acentuando em tom trágico, o fatídico início da guerra:

Os negros bulcões que de há muito se vinham encastellando sobre o continente europeu, trazendo em perenne desassossego as diversas raças que o povoam, acabam de enovelar-se em desenfreada e medonha procella, donde partem para todos os lados, com desusado fragor, os mais trovejantes e destruidores raios.¹⁵

Podemos notar ainda no artigo uma declarada esperança de que o conflito se firmasse em curta duração, pois seria perceptível a sensação de que a guerra não se limitaria ao território europeu, visto que as alianças militares e diplomáticas já estavam estabelecidas, e o impacto que o rompimento das redes comerciais teria sobre os outros continentes, eminentemente, atestaria a participação direta ou indireta de outros países, além dos da Europa. O autor, então, clama:

Praza aos céos que ao tremendo furor do cataclysmo que ameaça derrocar e subverter em seus fundamentos não só as terras da Europa como o mundo inteiro, corresponda a brevidade que costuma acompanhar os desabalos temporaes; e que das ruínas que fatalmente vão por toda parte juncar o solo regado do sangue generoso de tantas centenas de milhares de victimas do pavoroso morticinio, surja, ao menos, sorridente e esplendorosa, uma nova idade de ouro para toda a humanidade!¹⁶

Durante o processo de configuração inicial da guerra, a posição de neutralidade brasileira foi evidenciada desde seus momentos iniciais, permanecendo como marca do país, ao longo dos três primeiros anos da guerra. No Noticiário Marítimo da *RMB* de agosto de 1914, além de se expor uma transcrição da declaração oficial do Brasil, firmada pelo Decreto nº 11.037, de 4 de agosto de 1914, quando se estabelece a neutralidade oficial, é comentado também que, a partir da iminente situação que tomava forma na Europa, havia necessidade de se estabelecerem as regras nas quais o país deveria se pautar sob a ocasião e a situação nacional, tanto para manter a plenitude da neutralidade com os países beligerantes quanto para fazê-los respeitar nossos portos e águas territoriais.¹⁷

Em 1915, assume a direção do periódico o Capitão de Fragata Arthur Lopes de Mello, que entrou no comando da *RMB*, Museu e Arquivo da Marinha para substituir o então diretor, Comandante Henrique Boiteux. Na edição de janeiro, encontramos o artigo “A Grande Guerra”, no qual o CT Augusto Vinhaes tece comentários sobre a estratégia inglesa de proteção ao Mar do Norte, ao passo que demonstra preocupação se esta seria a melhor forma de agir contra a Alemanha, que já mostrava grande força em sua progressão nos mares, fortificada pelo uso de submarinos e desenvolvendo o torpedo, grande temor das embarcações do início do século XX. Vinhaes comenta sobre ataques que a Marinha Real estaria sofrendo e a falta de cuidado com os inimigos submersos, poderosas ferramentas de guerra que contavam com o elemento surpresa para efetuar seus ataques, contra

15 LIVRAMENTO, Affonso. “A Conflagração Europeia”. *Revista Marítima Brasileira*, Anno 34, n. 2, p. 205.

16 LIVRAMENTO, Affonso. “A Conflagração Europeia”. *Revista Marítima Brasileira*, Anno 34, n. 2, pp. 206-208.

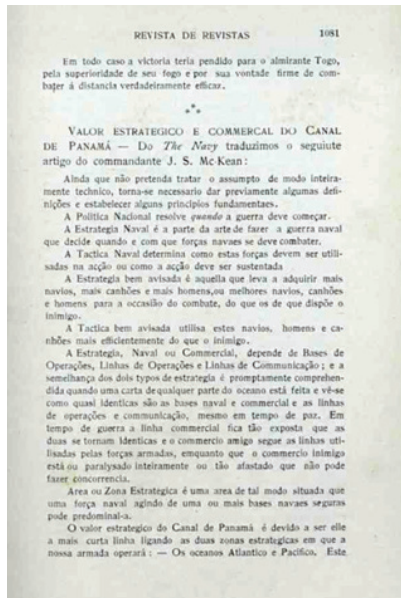
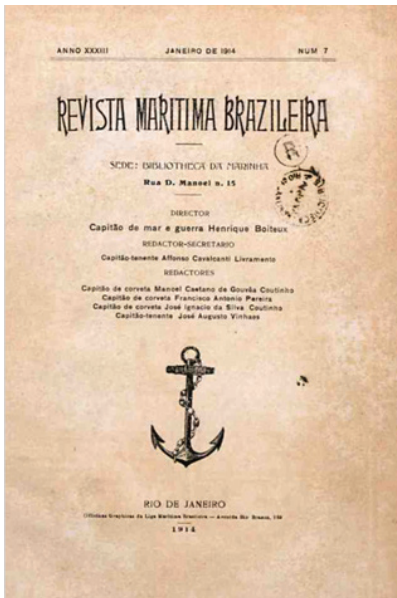
17 FONSECA, Hermes. Noticiário Marítimo. *Revista Marítima Brasileira*, Anno 34, n. 2, p. 728.

quais muitas embarcações não dispunham, até aquele momento de eficaz estratégia de combate: “submarinos, diz com razão Sir Percy Scott, são unidades inimigas das quaes se foge, mas que ninguém pensa em procurar para combater e destruir”¹⁸.

Observamos, nas progressões de publicações analisadas, que parecia pairar sobre o ambiente naval uma constante preocupação de se atualizar em meio às modernidades produzidas ao longo da virada do século e que estavam em constante desenvolvimento na guerra que assolava a Europa. Não bastava apenas se concentrar em táticas antigas e eficientes, mas buscar a dominância nas novas arenas de batalha que se criavam no novo século, como os armamentos vindos dos ares com a aviação e do fundo dos mares, com os submersíveis. As demais Marinhas de guerra pelo mundo revela-

ram perplexidade e despreparo para se adaptar à nova modalidade de guerra no mar, visto que as normas habituais para emprego bélico de navio de superfície não eram aplicáveis aos submarinos.

O submarino se revelou um elemento de grande curiosidade e admiração por parte dos autores da *RMB*, que constantemente escreviam sobre o uso e as façanhas protagonizados por este meio naval desde seu inicial uso, no final do século XIX, e sua alta produtividade, alcançada no século XX. Porém a arma, num futuro próximo, seria ainda mais eficaz e mortífera nas grandes batalhas navais da Segunda Guerra Mundial. Na Grande Guerra, os submarinos não contavam com conforto ou condições sustentáveis para sua tripulação. Em texto da edição de novembro de 1915, sobre os submarinos de combate, vemos:



A *RMB* de janeiro de 1914, na seção Revista de Revistas, trazia texto sobre a importância estratégica do Canal do Panamá

18 VINHAES, Augusto. “A Grande Guerra”. *Revista Marítima Brasileira*, Anno 34, n. 7, p. 1.182.

A vida no interior do submarino é, praticamente, insuportável. Sem contar os factores moraes que vão atenuando pela acção continuada do costume e do habito, há tantos inimigos da vida e tanta molestia na atmospha viciada de um navio peixe, que tornam-se annos de desgaste as semanas passadas nelle, e mezes de consumo as energias gastas cada dia nesse ingrato e extravagante trabalho. O oxygenio necessario ao ar é alimentado continuamente por meios chimicos, renovando uma bomba a atmospha viciada (...). Vive o marinheiro nessa atmospha misturada, untado de azeite que destila de todas as partes, aspirando os vapores do acido sulfurico emanante dos acumuladores e o irresistivel odor da benzina ou dos azeites volateis que usa a machina de explosão, recebe nos seus ossos a fria sensação de uma neveira activissima capaz de condensar o vapor d'agua, e sofre a humidade da densação continua sobre as paredes do casco.¹⁹

No ano de 1917, o governo alemão resolveu declarar guerra submarina irrestrita, com a finalidade de bloquear o comércio aliado. A Alemanha já havia decretado bloqueio submarino anteriormente em duas oportunidades, como resposta ao bloqueio aliado, decretado desde o início do conflito. A interferência da guerra no comércio prejudica todo o sistema econômico mundial, inclusive os de Estado neutro, suscitando graves e intrincadas questões de política internacional²⁰, como na questão dos afundamentos de mercantes pelos submarinos alemães que continuavam a espreitar pelas rotas do Atlântico. Segundo a *Revista Marítima Brasileira*, em trecho extraído e traduzido do *New York Times*, o esforço americano era admirável no que tange à manutenção das atividades comerciais com os aliados europeus, tendo em vista que, só nos primeiros meses de 1917, se calculava, em perdas de navios, o quantitativo de 4.561.000 toneladas, como vemos a seguir:

Meses	Tonelagem Total	Afundamentos Semanais
Janeiro (4 semanas)	333.000	83.000
Fevereiro (4 semanas)	479.000	120.000
Março (5 semanas)	600.000	120.000
Abril (4 semanas)	788.000	197.000
Maió (4 semanas)	549.000	137.000
Junho (5 semanas)	758.000	152.000
Julho (4 semanas)	463.000	116.000
Agosto (5 semanas)	591.000	118.000
Total 4.561.000 (RMB, 1918) ²¹		

Quantitativo referente à tonelagem comercial dos navios

19 PROENÇA, Nicanor. "O submarino de combate". *Revista de Revistas. Revista Marítima Brasileira*, Anno 34, n. 8, 1915, p. 1.615.

20 GABAGLIA, A. C. Raja. *Poder Marítimo nas duas guerras mundiais (1914-1918 / 1939-1945)*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1953, p. 35.

21 L.C.P. "O estaleiro contra o submarino". *Revista Marítima Brasileira*. Anno 37, n. 7-8, 1918, pp. 606-607.

Chega a ocasião oficial do rompimento do governo norte-americano com as relações diplomáticas da Alemanha. Esta ruptura foi seguida de convite ao presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, às nações unidas neutras para que estas acompanhassem tal atitude e também rompessem relações com a Alemanha. Neste período, os Estados Unidos cada vez mais se contemplavam com novas embarcações, realizavam exercícios e se mantinham alertas aos acontecimentos da Grande Guerra, principalmente os referentes aos conflitos diretos da Alemanha e Inglaterra. No início de 1917, alguns meses antes de sua entrada no conflito, houve o sancionamento de lei para aumentar a esquadra e os programas navais norte-americanos. Estava programada a construção de 153 embarcações, sendo 148 destinadas aos ofícios de guerra e cinco aos serviços auxiliares.

RMB E A MARINHA DO BRASIL NA GRANDE GUERRA (1917-1918)

Os Estados Unidos romperam relações diplomáticas com a Alemanha diante dos prejuízos que a guerra submarina irrestrita causaria aos seus negócios²², observando a previsão de que o conflito no comércio aliado causaria no mercado americano perdas dos investimentos feitos nos países aliados na Europa, que poderiam se encontrar em risco no conflito e com inadimplência para pagar os empréstimos concedidos pelo governo norte-americano. No caso do Brasil, primeiramente se deu a saída do estado

de neutralidade, rompendo-se relações diplomáticas com a Alemanha e aliando-se aos Estados Unidos em favor de seus aliados mútuos. No dia 31 de janeiro, o governo alemão notificou o Brasil, por meio de um representante em Berlim, do bloqueio naval da Grã-Bretanha, França, Itália e Mediterrâneo Oriental e que atuaria sem aviso-prévio ou restrições, ou seja, qualquer navio que entrasse em território do bloqueio seria afundado. Este aviso alemão obrigou o presidente brasileiro a se pronunciar mais energicamente, como está registrado na mensagem ao Congresso Nacional no ano de 1917, em que diz: “Poucos dias depois notificamos ao Governo Alemão que o torpedeamento de navio brasileiro em qualquer mar e sob qualquer pretexto importaria na ruptura de nossas relações”²³.

A tática de bloqueio marítimo alemão já havia sido comentada na *Revista Marítima Brasileira*, mais precisamente na edição de agosto de 1915, em artigo do Capitão-Tenente Alvaro Porto, “Os acontecimentos navais”. Neste artigo, Alvaro comenta sobre um falso bloqueio que estaria sendo utilizado pelos alemães, que aplicavam mesmas regras para navios beligerantes e os de bandeira neutra, o que estaria desvalidando os direitos legais do bloqueio e causando complicações sobre o estado de neutralidade. O Capitão Alvaro Porto escreve:

Este facto não faz diferença praticamente a um beligerante, mas faz uma grande diferença para o neutro. (...) A Alemanha encara, na pratica, a neutralidade de qualquer nação como

22 VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1990.

23 BRAZ, Wenceslau. Mensagem Presidencial apresentada ao Congresso Nacional em 1917. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/wenceslau-braz/mensagens-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-da-terceira-sessao-da-nona-legislatura-1917>.

uma oportunidade conveniente de fazer uso dos recursos dos neutros para fins de guerra.²⁴

A primeira publicação da edição de número 3 se configura mais como comunicado oficial do que um artigo, por não contar com assinatura de autoria e afirmar em seu conteúdo que foi escrito às vésperas da circulação da revista. O texto “O Brasil em estado de Guerra” começa comentando a complicada situação da decretação do estado de guerra e que isto se deu por imposição do governo alemão, que obrigou o Brasil, com seus ataques às bandeiras neutras e por atritos diplomáticos, a chegar ao extremo da declaração de guerra. Posteriormente ao comunicado de estado de guerra, no artigo “Origens e Consequências da Grande Guerra”²⁵ foi feita uma transcrição, pelo Capitão-Tenente M. A. Pereira de Vasconcellos, de conferência realizada no Clube Naval, em 28 de agosto de 1917.

O texto expressava a necessidade observada pelos oficiais da Marinha de compreensão do fenômeno que assolava o mundo já havia três anos, desde sua origem e causas políticas e sociais aos efeitos que se projetavam em todos os cantos do mundo. Definindo-se como uma análise imparcial e imperfeita de fatos históricos, o texto condenou as atribuições de ordem pessoal, ou pontos de vista, a serem tomadas ao fazer a síntese de tal acontecimento

mundial. O autor deixa nítido que se pretendia culpar a origem política do conflito, explicitamente o governo alemão, por sua natureza conflituosa, sua falta de tato diplomático e ações militares que fizeram o cenário mundial se voltar contra eles em união à causa aliada. É interessante observar que, no início da transcrição, há epígrafes atribuídas a figuras conhecidas internacionalmente, que expressavam este sentimento de rancor pelo Estado da Alemanha. Uma era atribuída a Henri Heine,²⁶ sobre os prussianos: “*Les Prussiens?... la nature les a faits bêtes, la science les a rendus méchants*”. A outra atribuída-se ao filósofo alemão Schopenhauer: “*En prevision de ma mort, je fais cette confession, que je meprise la nation allemande a cause de sa betise infinie, et que je rougis de lui appartenir*”²⁷. Com prosa apoteótica, o autor comenta sobre o destino das consequências que a guerra traria, fruto de duas visões antagônicas de expressões políticas, e comparava a magnitude das consequências do confronto com a importância de outros eventos que influenciaram o “destino da civilização”²⁸, tais como o nascimento de Cristo, a Reforma e a Revolução Francesa.

A edição de setembro-outubro de 1917 seguiu em sua temática específica de enfoque às informações da Grande Guerra, sem tecer comentários ou destacar a participação que caberia às Forças Armadas brasileiras no esforço de guer-

24 PORTO, Alvaro. “Os acontecimentos navaes”. *Revista Marítima Brasileira*, Anno 37, volume 9, 1915, p. 839.

25 VASCONCELLOS, M.A. Pereira. “Origens e Consequências da Grande Guerra”. *Revista Marítima Brasileira*, Anno 37, n. 3-4, 1917, p. 163.

26 Provavelmente está se referindo a Johann Heinrich Heine, poeta romântico alemão do século XIX, que foi tido, por suas obras, como subversivo e censurado muitas vezes por autoridades alemãs enquanto estava em Paris. Logo teve suas obras banidas e lhe foi imposta proibição de retorno para sua terra, fazendo-o permanecer em exílio na França.

27 VASCONCELLOS, M. A. Pereira. “Origens e Consequências da Grande Guerra”. *Revista Marítima Brasileira*. Anno 37, n. 3-4, 1917, p. 157.

28 VASCONCELLOS, M.A. Pereira. “Origens e Consequências da Grande Guerra”. *Revista Marítima Brasileira*. Anno 37, n. 3-4, 1917, p. 167.

ra com os aliados norte-americanos e europeus. Contou também com artigos de ordem didática para militares, sobre o uso de novos modelos de armamentos e equipamentos de melhoria de disparo e novas tecnologias navais, como visto nos títulos “Pontilheiro Hollifield” e “Noções de Plotagem”. O artigo chamado “Operações Navaes: Preparo do navio para o combate” é traçado como manual a ser seguido por militares, ordenanças detalhadas e minuciosas de natureza técnico-militar para a preparação das embarcações encouraçadas de guerra, ou navios auxiliares, além do treinamento do material humano para manuseio e emprego de armamento das embarcações, como torpedos e canhões. Além disso, havia instruções de combate em caso de investidas inimigas feitas de manhã e à noite e como se precaver se situando em distâncias seguras de áreas confirmadas por embarcações inimigas.

Sobre a efetiva participação naval brasileira na guerra, além das missões nacionais de patrulhamento e proteção dos portos e do litoral nacional, na seção Noticiário Marítimo, há a primeira explanação sobre a divisão naval de cooperação brasileira que iria atuar com as Forças Armadas aliadas contra a Alemanha, a Divisão Naval de Operações de Guerra (DNOG), sob o comando do Contra-Almirante Pedro Max Frontin. Era composta por embarcações que estavam mais atualizadas para o tipo de missão necessária em águas estrangeiras, tais como os cruzadores *Rio Grande do Sul* e *Bahia*, os contratorpedeiros *Piauí*, *Rio Grande do Norte*, *Paraíba* e *Santa Catarina*, o Navio-Auxiliar *Belmonte* e o Rebocador

de Alto-Mar *Laurindo Pitta*. Sua missão principal de patrulhamento se configurava em vigiar as águas do litoral africano do Atlântico, compreendidas pelo triângulo estratégico Dacar, Arquipélago Cabo Verde e Gibraltar²⁹.

MARINHA DO BRASIL NO PERÍODO ENTREGUERRAS (1919-1939) E A RMB: A NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO DOS MEIOS NAVAIS E A APROXIMAÇÃO COM OS NORTE-AMERICANOS

Havia, já nas primeiras décadas do século XX, a preocupação das autoridades navais em estabelecer uma estratégia naval brasileira que coadunasse com o novo cenário mundial, construído com os diversos confrontos acarretados no início do século, e buscar adquirir meios navais mais modernos, para então capacitar as guarnições a operar esses novos navios. Esta atitude pretendida seria respaldada pela utilização de mão de obra especializada estrangeira, com os oficiais de fora do país no adestramento dos militares brasileiros, como vemos explicitado no Relatório de 1908 do Almirante Alexandrino de Alencar, então ministro da Marinha, ao presidente da República:

(...) os planos e propostas para os novos e modernos navios foram estudados e analisados por oficiais gerais (...) e engenheiros, aos quais foi recomendado emitir opinião a respeito, apontando as alterações que lhes afigurassem necessárias (...) e para preparar adequadamente o guarnecimento

29 ALONSO, Wladimir; SCHUCK-PAIM, Cynthia; SHANKS, Dennis; ALVES DE ALMEIDA, Francisco. “A alta mortalidade da pandemia espanhola na Divisão Naval em Operações de Guerra em 1918”. *Revista Navigator*, n. 17, 2013, p. 29.

desses navios deveria se utilizar dos serviços de grande potência naval para instruir a nossa Marinha.³⁰

Posteriormente ao desfecho da Grande Guerra, a *Revista Marítima Brasileira* continuou exercendo suas atividades de forma ininterrupta, e é interessante perceber a presença de artigos com assinatura de oficiais norte-americanos nas edições posteriores a 1918, no pós-guerra, e num crescente a partir da segunda metade da década de 20. São artigos que trazem, em sua maioria, assuntos voltados para a temática costumeira do periódico, do eixo técnico-militar e da conduta militar em geral, bastante associados a ideias de inovação e modernização, o que será percebido também na publicação de oficiais brasileiros, principalmente em artigos fruto de transcrições de palestras e seminários que aconteceram na Escola de Guerra Naval, instituição que contava com recém-chegados oficiais norte-americanos da Missão Naval Americana de 1922. Além disso, percebemos uma abordagem maior na produção de artigos que versam sobre a própria instituição brasileira da Marinha, no que aparenta ser uma tentativa de se localizar nas prioridades do Estado em relação à segurança e a estratégias de defesa do país, bem como de se firmar como símbolo de importância para investimentos nacionais futuros, que priorizariam as Forças Armadas e as deixariam preparadas para eventuais possibilidades de conflitos no futuro.

Encontramos, em edição de janeiro de 1921, sob direção do Capitão de Mar e

Guerra A. Thompsom, um artigo de sua própria autoria, “Defesa da Costa do Brazil sob o ponto de vista Strategico”³¹, com texto retirado de uma apresentação feita pelo Capitão Thompsom à Escola de Guerra Naval em 1918, contando ainda com uma observação da diretoria ao final da página, a de que foram retiradas, antes da publicação do periódico, todas as informações que podiam ser caracterizadas como confidenciais. O texto traz para discussão elementos militares de estratégia naval sobre ações ofensivas e defensivas e a importante função que a Marinha deveria exercer sob estes aspectos para, assim, garantir a supremacia e preservar seus limites territoriais. O autor também vai de encontro aos ideais de defesa nacional que Alfred Mahan tece no século XIX, em sua obra *The Influence of the Sea Power Upon History (1660-1783)*, em que afirma, em sua concepção estratégica para garantia do Poder Naval, que a melhor defesa costeira é uma esquadra, e que não há melhor maneira de vencer uma esquadra inimiga do que iniciando uma ofensiva. Entretanto, para Mahan, as forças navais deveriam ter emprego ofensivo, em outras palavras, emprego oceânico e não costeiro³². Com a clara proximidade com os norte-americanos na formação dos oficiais da Marinha brasileira, a influência mahaniana que caracteriza a base do pensamento estratégico estadunidense acaba por influenciar a revitalização do pensamento estratégico naval brasileiro. Esse entendimento, de desenvolver e investir em um programa para a Marinha do Brasil, esbarrava no problema de falta de recursos destinados à instituição.

30 Extrato do Relatório do Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino Faria de Alencar, ao Presidente da República Afonso Pena, datado de abril de 1908, p. 7, Arquivo da Marinha.

31 THOMPSON, A. “Defesa da Costa do Brazil sob o ponto de vista Strategico”. *Revista Marítima Brasileira*, Anno 40, n. 7, 1921, p. 522.

32 ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves. “Alfred Thayer Mahan: Os elementos do poder marítimo”. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 130, n. 1-3, 2010.

Ainda ao longo da década de 1920, a Marinha do Brasil já apresentava em seu quadro de instrutores da Escola da Guerra Naval oficiais norte-americanos, além de contar com o regresso de oficiais brasileiros que passaram por um período de estágio de adestramento na Marinha dos Estados Unidos, acompanhando a modernização dos meios bélicos navais³³. Havia então uma ideia já bastante difundida entre o alto oficialato da Marinha, a de precisar qualificar seu elemento humano, buscando aproximação com aqueles que teriam como fornecer a instrução necessária para o desenvolvimento da Marinha, além do consenso, já comentado, de que a Missão francesa no Exército teria feito muito para o desenvolvimento interno da instituição, visto que a experiência da Primeira Guerra mostrou que não bastava apenas incorporar embarcações estrangeiras com técnicas avançadas à frota brasileira, mas também qualificar os homens para se adaptarem aos novos tipos de situações de combate que surgiam diante do progresso tecnológico bélico. Sendo assim, a vinda da Missão norte-americana era vista por muitos como importante auxílio na organização geral da Marinha do Brasil.

Uma breve menção aos militares estadunidenses no Brasil se verifica na publicação da *RMB* de fevereiro de 1922. Na abertura da edição, há um pequeno texto, com o título “Missão estrangeira para a Marinha”, que constava de um pedido aos colaboradores da revista para que enviassem artigos sobre o assunto tratado, sendo eles de ordem favorável ou não, deixando claro que não iriam ser publicados aqueles que a redação julgasse

providos de qualquer crítica ou ataque de cunho pessoal. No artigo mencionado, o autor se refere à falta de prestígio, fruto do dito abandono do Estado nas questões militares navais, e da obsolescência de equipamentos que assolava a Marinha na década de 20:

Nos já tivemos uma marinha respeitada e que, na sua época, era o expoente Maximo das nossas aspirações. Orgulhava-se, então, com justa razão, a nossa Pátria possui-la e estava tranquila a relação aos serviços que della poderia exigir. Navios e arsenaes, aparelhamento administrativo, pessoal superior e subalterno, tudo nos seus devidos termos collimava o mesmo objectivo. Infelizmente, porém, o prurido da reforma e as luctas das competências e das ambições, nos afogaram pouco a pouco num labor inglório constante e corrosivo; tudo ou quase tudo destruindo, aniquilando e anarchisando. A Marinha perdeu o seu antigo prestígio, que precisa reaver-se sem medir sacrificios dos quaes primeiro é pormos de partes as nossas susceptibilidades.³⁴

E, continuando, refere-se à vinda de estrangeiros para a Marinha do Brasil como importante ferramenta, mas sem desmerecer a competência do pessoal nacional:

Não precisamos de chefes, que os possuímos hábeis e competentes; (...) não faltam comandantes para os navios e poderia mesmo dizer que há em demasia, officiaes superiores e

33 MARTINS, Helio Leoncio *et al.* “A Marinha brasileira no período entre as guerras (1918-1942)”. In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985, p. 260.

34 PAIVA MEIRA, Gentil Augusto de. “Missão estrangeira para a Marinha”. *Revista Marítima Brasileira*. Anno 41, n. 8, 1922, p. 369.

subalternos compõe essa nova geração de espíritos lúcidos, estudiosos e dedicados... mas só uma grande missão fará o milagre de aproveitar tanta riqueza abundante, abandonada e esquecida.³⁵

Desse modo, no dia 6 de junho de 1922, foi assinado em Washington, D.C, nos Estados Unidos da América, o contrato para se estabelecer a Missão Naval Americana no Brasil. Sua influência começaria a ser notada a partir da Escola Naval de Guerra, haja vista que a função desta Escola era a de preparação dos oficiais para a arte da guerra, em termos de doutrinas navais e procedimentos, bem como preparar e orientar o pensamento dos oficiais para o estudo dos grandes problemas navais, de modo a estabelecer entre eles uma perfeita unidade, da qual resultassem a formação e a definição da doutrina de combate para a Marinha brasileira e também unificar e precisar as ideias profissionais de uma oficialidade articulada aos novos tempos, com intuito de tornar este oficialato apto para o comando, sob a nova perspectiva da guerra no mar.³⁶ Referências sobre a Missão Naval Americana aparecem na *RMB*, publicadas em pequenos trechos nos volumes a partir de 1923, geralmente presentes em comentários feitos na seção Noticiário, grafada em alguns volumes como Noticiário Marítimo, compilado de informações organizadas pelos redatores, sempre em alusão a alguma colaboração dos membros representantes da comissão americana com oficiais brasileiros, em cooperação nas suas atividades e instruções nos centros de treinamento. Isto é visto, por exemplo, na solicitação, feita

ao ministro da Marinha pelo Almirante Vogelgesang, para que uma comissão brasileira de oficiais superiores se juntasse à Missão Americana, ao proceder no auxílio e na reorganização dos serviços de aviação naval, tendo como base a formulação de uma ampla doutrina sobre esta especialidade, que seria apresentada pelos norte-americanos.³⁷

A renovação do contrato da Missão Naval Americana aconteceu em novembro de 1926, ficando estipulado que a mesma ficaria no país por mais quatro anos, a contar daquela data, além da chegada do novo chefe americano que a assumiria, o Contra-Almirante Macculley, devido ao falecimento do Almirante Vogelgesang. Sobre o primeiro chefe da Missão Naval Americana no Brasil, a *Revista Marítima Brasileira* publicou um artigo que leva seu nome, homenageando o oficial na edição de número 9, de março de 1927³⁸, em que foi bastante lamentada a morte do Contra-Almirante Vogelgesang, enaltecendo sua trajetória na vida militar e agradecendo pelos serviços prestados para o desenvolvimento organizacional da Marinha do Brasil, além de mencionar uma cerimônia organizada pelo Clube Naval para prestar solidariedade aos familiares do militar que estavam no Brasil. Para Armando Vidigal, tanto no campo administrativo como nos campos técnico e profissional, foi de grande contribuição para a Marinha do Brasil a presença da Missão Americana, no que tange, principalmente, ao desenvolvimento interno da instituição, visto que, antes e ao longo da década de 20, o precário estado de conservação dos navios brasileiros, somado à incapacidade

35 Idem, p. 370.

36 AMARAL, Misael Henrique Silva do. “A influência norte-americana na Marinha brasileira e seus reflexos ao longo do século XX”. *Revista Navigator*, n. 20, 2014, p. 87.

37 F. P. (org). Noticiário. *Revista Marítima Brasileira*, Anno 43, n. 2, 1923, p. 1.367.

38 ANÔNIMO. Almirante Vogelgesang. *Revista Marítima Brasileira*, Anno 47, n. 7, p. 1.005.

logística de manutenção e realização de reparos no país, gerou desânimo e estagnação no meio naval.³⁹

As edições do ano posterior se preservam em sua característica de informe sobre situações direcionadas ao ambiente interno da instituição, como técnicas do dia a dia que um militar da força naval brasileira, de acordo com sua função, teria que exercer e cuidados com saúde que deveriam ser observados pelos marinheiros. Artigos como “Da Refração astronômica”, do CT J.F. Milanez; “Organização da saúde mental”, do Dr. Porto Corro; “Accidentes particulares aos navios a vapor”, do 1ºT Barbosa Lima; “A meteorologia e a aviação”, do Almirante A. C. Petit; e “Verminoses”, do Capitão de Corveta Rufino de Alencar Junior, são casos recorrentes nas edições da *RMB* do ano de 1923. Raras exceções transparecem opiniões particulares de oficiais sobre questões nacionais, como podemos observar em publicação de 1924, em que, por ocasião do levante tenentista, o então ministro da Marinha, Alexandrino Faria de Alencar, utiliza a *RMB* para criticar o movimento e defender a postura legalista da instituição:

Precisamos nos civilizar de uma vez, para que não tenhamos mais lutas pelas armas, entre irmãos, em busca de

posições políticas, tão fóra dos moldes da profissão militar. Devemos seguir os exemplos das nações civilizadas e cultas que, com Exércitos e Marinhas poderosas, assistem às reviravoltas políticas mais radicais, sem a menor manifestação de sua força.⁴⁰

No ano seguinte, o ministro volta a comentar sobre o assunto, na introdução ao Relatório da Marinha, desta vez para criticar os tenentes desta corporação que se juntaram aos seus pares do Exército, conflagrando uma rebelião no Encouraçado *São Paulo*:

Em setembro de 1927, é criada a seção Cartas à Redação, para a publicação de mensagens enviadas sobre assuntos ligados às publicações

Os oficiais [revoltosos] inauguraram um processo novo na história da Marinha para angariar adesões às suas idéias revolucionárias: alliciaram praças, estrangularam ainda mais a

disciplina – reuniram-se com os subordinados para concertar os planos da revolta (...) onde o oficial deserta da disciplina, nesta não é provável deparar-se o soldado.⁴¹

Na edição número 3, de setembro de 1927, há a criação de uma nova seção nas páginas da *Revista Marítima Brasileira*, chamada Cartas à Redação, em que seriam publicadas, pelo Comandante Augusto de Vinhaes, mensagens enviadas por correspondência sobre assuntos

39 VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1985, p. 76.

40 ALENCAR, Alexandrino Faria de. “Disciplina e Patriotismo”. *Revista Marítima Brasileira*, Anno 44, n. 2, 1924, p. 382.

41 ALENCAR, Alexandrino Faria de. “Introdução do Relatório da Marinha”. *Revista Marítima Brasileira*, Anno 44, n.11, 1925, p. 1.653.

ligados às publicações dos artigos do periódico ou qualquer informação que visasse aos interesses da nação do Brasil⁴². A seção foi inaugurada com texto de três páginas, de autoria do escritor português Carlos Malheiro Dias, que tece elogios sobre uma publicação em edição anterior, do próprio Augusto Vinhaes, chamada “Portugal na era das descobertas”, em que se comentavam as façanhas portuguesas no mundo marítimo à época das grandes navegações dos séculos XV e XVI, bem como se traçava uma análise da História sobre a chegada dos portugueses ao Brasil. A seção de cartas durou apenas até o ano seguinte, 1928, e como último expediente foi publicado um texto que versava sobre situações vividas pela política interna da instituição e que ganhou espaço na *Revista Marítima Brasileira*. A carta se referia à questão da alfabetização dos marinheiros, em que um oficial anônimo expõe sua indignação, em cinco páginas do periódico, comentando a situação vigente diante do despreparo dos marujos brasileiros:

Allegar-se-há que, passando a praça muito pouco tempo nas fileiras da marinha, todo nosso empenho deve convergir para fazer delle um bom reservista. Disso eu discordo; não se lhe poderá aplicar o epitheto de bom, si o marujo não voltar para a vida civil transformado n’um cidadão consciente, e isso só o será, quando souber ler e escrever.⁴³

Após esta publicação, foi extinta a seção, retornando a revista às publicações costumeiras, abordando somente

assuntos de interesse específico do campo militar naval, referente a maquinários e atualizações de embarcações, deixando de lado qualquer menção aos problemas de ordem política ou econômica enfrentados pela instituição. Não sabemos se houve algum tipo de boicote por parte dos superiores do Ministério da Marinha ou se a escolha de não comentar mais sobre determinados assuntos tenha partido dos próprios membros do corpo editorial e do chefe de redação.

A REVISTA NA DÉCADA DE 1930

O começo da década de 30 para o Brasil foi um momento de transformações bastante amplas, tanto para as políticas nacionais quanto para a importante questão da Marinha do Brasil, do reaparelhamento de seus meios navais, com novos avanços em seus programas navais. O não envolvimento político direto, na década de 1930, por parte dos oficiais da Marinha, observado na falta de posicionamento dos diretores e redatores da *RMB*, foi fruto de mudanças causadas tanto pela Proclamação da República brasileira como, principalmente, pela Revolta da Armada. A instituição naval brasileira passou então a se limitar aos assuntos profissionais e de caráter interno, sem se aprofundar em questionamentos e debates nacionais. Vidigal afirma que isto pode ter levado a prejuízos de verbas e recursos, porém houve maior tempo para dedicação às suas tarefas e à reorganização estrutural.⁴⁴ Dito isto, é compreensível então a falta de informes e artigos sobre o processo político que culminou na cha-

42 VINHAES, Augusto. Cartas à Redação. *Revista Marítima Brasileira*, Anno 47, n. 3, 1927, p. 484.

43 VINHAES, Augusto. Cartas à Redação. *Revista Marítima Brasileira*, Anno 48, n. 6, p. 1.389.

44 VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. “A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro”. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985, pp. 77-78.

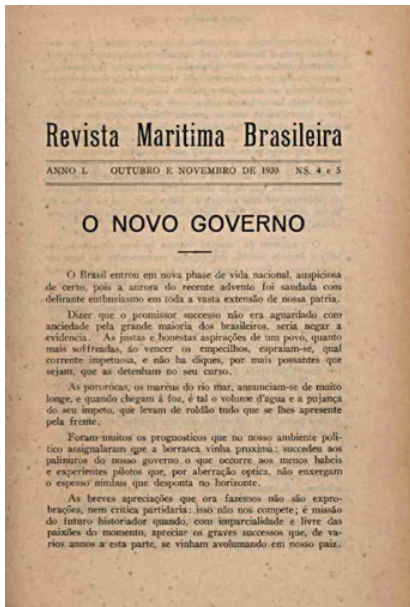
mada Revolução de 30⁴⁵, uma revolta de caráter militar iniciada no Sul do Brasil e que tinha por propósito derrubar o regime político vigente, colocando Getúlio Vargas no poder em caráter provisório.

A primeira menção ao novo governo surgiu na edição de números 4 e 5, de outubro e novembro de 1930, que aparece no texto “O novo governo”, de abertura da revista, sem autoria, mas provavelmente escrito pelo diretor da *RMB* daquele período, o Vice-Almirante Alberto Fontoura de Andrade. O texto se inicia com a seguinte afirmativa aprovativa: “O Brasil entrou em nova fase de vida nacional, auspiciosa de certo, pois a aurora do recente advento foi saudada com delirante entusiasmo em toda a vasta extensão de nossa Pátria”⁴⁶. Logo após, o autor deixa claro que o momento de nova governança

era aguardado com ansiedade pela grande maioria dos brasileiros e que havia muito já se assinalava para uma, nas palavras do autor, “borracha”, no antigo regime de governo. Sobre as posições pessoais e da instituição, o autor diz:

As breves apreciações que ora fazemos não são exprobrações, nem crítica partidária: isso não nos compete; é missão do futuro historiador quando, com imparcialidade e livre das paixões do momento, apreciar os graves sucessos que, de vários annos a esta parte, se vinham avolumando em nosso paiz.⁴⁷

Observa-se, ainda, no texto a falta de menção e informação sobre as transformações políticas e eventos que aconteciam no país, justificando que a *RMB* se manteve



A primeira menção ao novo governo surgiu na edição n^{os} 4 e 5, de 1930

45 Sobre esse evento, sugerimos a leitura da obra *A Revolução de 1930*, do historiador Boris Fausto.

46 ANÔNIMO. “O novo governo”. *Revista Marítima Brasileira*, Anno 50, n. 4-5, 1930, p. 421.

47 Idem, 423.

em seu caráter estritamente técnico, mas que este artigo era a maneira de os editores e diretor prestarem “referência a um acontecimento altamente significativo, que traz profunda e esperançosa modificação no nosso viver político e social”⁴⁸.

Evidenciamos assim a posição dos membros da *Revista Marítima Brasileira*, coadunando ou não com a da instituição Marinha do Brasil, com a entrada de Getúlio Vargas no comando do país, pelo governo provisório, na esperança de que esta transformação política trouxesse para a instituição suas almejadas melhorias, principalmente no quesito de material bélico e meios navais. A situação da frota brasileira continuava precária, e não havia grandes sinais de alguma mudança significativa, apesar da necessidade de renovação ser cada vez mais importante e emergencial. Em seu Relatório de 1930, o Contra-Almirante Arnaldo Siqueira Pinto da Luz, titular da pasta da Marinha, concluía em tom dramático: “Pelos retardamentos que tem sofrido, atingiu, pode dizer-se, ao seu auge, isto é, ou o material é renovado, sem delongas, ou o treinamento do pessoal tornar-se-á impraticável pela ausência de navios capazes de se fazerem ao mar”⁴⁹. Para os cenários de construção naval internacional, podemos citar que o começo da década também foi marcado por um novo acordo de limitação de armamentos navais, que vigoraria a partir de 1930. Naquele ano, Estados Unidos, Reino Unido e Japão se reuniram para assinar o chamado Tratado Naval de Londres, que renovava o hiato na cons-

trução de encouraçados, em prática desde a Conferência Naval de Washington, em 1922, e estabelecia novas limitações aos navios, em especial os cruzadores. Um novo tratado de limitação de armamentos navais foi assinado em 1936, num cenário em que já era bastante clara uma corrida naval entre as potências navais e a Alemanha.

Em janeiro de 1931, na seção Revista de Revistas, encontramos interessante prospecto chamado “A futura guerra”, de autoria de Clarence Dubose⁵⁰, que apresenta uma perspectiva de como se acreditava que seria uma vindoura guerra, se as nações não conseguissem a mediação diplomática em suas questões internacionais. O autor projeta que “a próxima guerra será um circo”, um “circo aéreo”, para usar o termo empregado pelos aviadores. Ele continua afirmando que, apesar dos esforços empregados para a conciliação geral, o confronto seria fatal. Para ele, todos os que ficassem embaixo da terra sólida, combatentes ou não combatentes, correriam idêntico perigo de morte por bombas aéreas e gases asfixiantes. Acima das nuvens, os pilotos derramariam sobre a terra chuvas de bombas de toda a natureza, devastando, “por todos os meios e modos, a terra indefesa”. O campo de ação dos aeroplanos, hidroplanos, aviões e aeronaves não teria limites em um eventual confronto.⁵¹

Essa projeção se mostra bastante interessante ao olharmos a atuação efetiva da aviação militar ao longo da Segunda Guerra Mundial e toda a gama de cenários possíveis graças aos investimentos em

48 Idem, p. 430.

49 BRASIL. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1930, pp. 15-16.

50 Não foram encontradas referências maiores sobre o autor.

51 DUBOSE, Clarence. *Futura Guerra*. In: VINHAES, Augusto. *Revista de Revistas. Revista Marítima Brasileira*, n. 7, 1.931, p. 731.

estratégia e fomentação das aeronáuticas, como na campanha do Pacífico, com o ataque a Pearl Harbor pelos japoneses, e a Batalha de Midway, assim como o intenso uso dos porta-aviões. A aviação também encontrou seus particulares momentos na guerra, como os conhecidos ataques aéreos à Inglaterra pela Luftwaffe alemã e a própria retaliação da Força Aérea inglesa (RAF). O assunto aviação naval ganha particular destaque em algumas notícias durante as edições de 1931 da *RMB*, principalmente em informes sobre o desenvolvimento aéreo internacional, o fomento no treinamento do pessoal da aviação e as estratégias coordenadas com embarcações para combate. O fato de estar inteiramente ligada a um período com assuntos marítimos e navais se dá pela razão de a força aérea e os mecanismos da aviação estarem inseridos nas atividades realizadas pela Marinha do Brasil, não havendo ainda naquele momento a criação de uma força especializada para tais meios bélicos, que seria posteriormente concretizada com a criação da Força Aérea Brasileira.

Na edição de maio-junho de 1934, sob direção do Capitão de Fragata (CF) Didio A. da Costa, aparece pela primeira vez a coluna *Aviões e Submarinos*⁵², de responsabilidade do Capitão-Tenente Cesar Feliciano Xavier. Esta seção tinha a função de filtrar as publicações do referido tema em outras seções de informes da *RMB*, como as encontradas em *Revista de Revistas e Noticiário Marítimo*, criando assim um espaço específico para tratar de assuntos ligados a estas duas ferramentas de combate, pensadas pelos oficiais da Marinha como elementos que se complementavam, necessitando de constantes debates sobre

suas utilizações, estratégias e forças de ataque. Ainda referindo-se ao assunto, que demonstra ser de grande interesse por parte dos redatores do periódico, vemos na edição janeiro-fevereiro de 1935 pequeno texto na já mencionada seção *Aviões e Submarinos*, intitulado “*Mar e Ar*”, comentando sobre o papel adquirido por aqueles instrumentos militares na conjuntura e na estruturação do poder marítimo e das forças aéreas. A afirmação estratégica devia ser pautada, para o autor, na combinação do uso das duas ferramentas bélicas, como nos termos do título, “*Mar e Ar*”, em oposição a “*Mar ou Ar*”, sendo as duas formas bélicas complementares para a construção de uma superioridade de força. Não se deve apenas investir em embarcações e desfavorecer o recurso aéreo, nem vice-versa, mas optar por estimular em conjunto as duas vertentes de combate.⁵³

Como chefe de redação do periódico, o CF Didio A. da Costa intensifica as publicações de conteúdos que versam sobre abordagens além das clássicas técnico-militares, lidando mais com artigos que tratam de História, mas especificamente sobre a História Naval, em textos sobre campanhas navais famosas ou biografias de reconhecidos almirantes que tenham contribuído para o desenvolvimento de estratégias e pensamentos táticos náuticos ao longo da História Mundial. A partir desse momento, surge nas edições da *Revista Marítima Brasileira* um novo eixo temático, dentro da nova proposta do periódico, de não apenas apresentar informações técnicas, mas abordar estudos e análises de militares, e civis, sobre assuntos militares. Na edição de março-abril de 1935, por exemplo, Didio abre o periódico com um

52 XAVIER, Cesar Feliciano. “Aviões e Submarinos”. *Revista Marítima Brasileira*, ns. 11-12, 1934, pp. 1.489-1.496.

53 XAVIER, Cesar Feliciano. “Aviões e Submarinos”. *Revista Marítima Brasileira*, ns. 1, 1.935, p. 149.

texto de sua autoria, “História da Guerra entre Tríplice Aliança e o Paraguai”, com abordagem menos específica de assuntos estritamente de interesse militar sobre a guerra, voltando-se para a análise de questões de natureza política, conjuntura administrativa das forças militares do período, estratégias seguidas etc.

Ainda em 1935, identificamos a publicação da tradução feita pelo Capitão de Mar e Guerra Americo Vieira de Mello, de texto de autor referido apenas como Fitchett, com o título “Nelson e seus comandantes”⁵⁴. O texto é uma abordagem biográfica da vida militar do Almirante Nelson, citando suas campanhas navais pela Inglaterra e suas escolhas particulares para os cargos de comando de suas frotas. Além de mostrar características das campanhas militares lideradas por Nelson, o texto trata de questões de natureza comportamental do almirante e lida com aspectos estratégicos adotados por ele em suas façanhas navais junto a seus comandantes. A edição segue, ainda, com publicações como “Façanhas de Joao das Bottas”, “Os corsários na lucta de 1825-1828”, “Notas de viagem”, além de publicações de cunho técnico, como “Notas de Thermodynamica”, “Porto de Paranaguá”, “A régua cylindrica de Brygrave e as minhas Altitude and azimuth tables” e “Folha de plotar universal”. Percebe-se uma gradativa presença de informações, na década de 1930, acerca do poderio marítimo da Europa e sobre

a construção naval dos principais países europeus e suas Marinhas de Guerra, inclusive a Alemanha, que, segundo o texto “Tratado do Reich com a Inglaterra: O crescimento da força submarina alemã”, publicado na Revista de Revistas, já continha o maior exército da Europa e uma das mais desenvolvidas Marinhas de Guerra e estava a passos de começar, a partir daquele momento, o desenvolvimento de sua construção de submarinos.⁵⁵

O processo de reconstrução do programa naval germânico para atualização de sua frota já havia iniciado em 1932⁵⁶ e incluía, entre outras belonaves, uma frota pequena de algumas unidades submersíveis, tendo sido criado no ano seguinte, 1933, um centro de treinamento voltado especificamente para os *U-boots*⁵⁷. Em 1935 o Almirante Karl Dönitz começa a chefiar o comando da frota submarina da Kriegsmarine nazista. Ele era de extrema relevância no processo de transformação sofrido pela atualização dos meios submarinos do Reich alemão, principalmente no que se refere às formas de conduzir as estratégias de ataque das embarcações e às suas melhores utilizações em combate.⁵⁸ Segundo Clay Blair, o Almirante Dönitz não estava muito satisfeito com as direções de comando tomadas em relação à frota submarina, já que a Kriegsmarine, a Marinha alemã, empregava maior ênfase e energia na construção de grandes navios de superfície, deixando os submarinos em segundo plano.⁵⁹ Depois de se

54 MELLO, Americo Vieira de (trad.). “Nelson e seus comandantes”. *Revista Marítima Brasileira*, n. 9, 1935, p. 1.048.

55 ANÔNIMO. Revista de Revistas. *Revista Marítima Brasileira*, n. 10, 1935, p. 1.568.

56 WOLLIAMSON, Gordon. *Wolf Pack: the story of the U-boat in World War II*. Osprey Publishing, 2005, p. 13.

57 Termo alemão derivado de *Unterseeboot*, usado para dar nomes aos seus submersíveis. Seus submarinos eram nomeados pela letra U seguida de um número de referência da embarcação.

58 BLAIR, Clay. *Hitler's U-Boat War: The Hunters, 1939-1942*. Modern Library, 1st Edition, 2000, p. 15.

59 BLAIR, Clay. *Hitler's U-Boat War: The Hunters, 1939-1942*. Modern Library, 1st Edition, 2000, p. 77.

dedicar ao comando dos submersíveis, o comandante convenceu seus superiores de que, em um confronto inevitável com a Inglaterra no mar, deveriam construir dezenas de submarinos, podendo sair vitoriosos se estes fossem empregados com boas táticas, organização e planejamento.⁶⁰ Verificamos, ao longo da década de 30, uma nítida intensificação, por parte da *RMB*, de notícias e informes sobre as forças navais da Alemanha e da Europa como um todo, sempre ligadas à construção naval e à produção industrial desses países. A maioria dessas publicações se encontra na seção Revistas de Revistas, principalmente como transcrições e traduções de outros periódicos militares pelo mundo, que tratavam, naquele momento, de notícias relevantes sobre o mundo marítimo e naval, e as expectativas geradas para as possíveis aplicações daquelas medidas, numa futura e eventual guerra.

No final de 1935, assume a chefia do Ministério da Marinha o Almirante Henrique Aristides Guilhem, que ficaria no cargo por toda a extensão do governo de Getúlio Vargas, até 1945. Guilhem foi responsável para que, em 1936, se retomasse a construção naval em território nacional, especificamente na Ilha das Cobras, 1º Distrito Naval, no então terminado Arsenal de Marinha, no

Rio de Janeiro. Porém, ainda em junho de 1932, as primeiras ações efetivas haviam sido tomadas, com a aprovação do Governo Provisório, pelo Decreto nº 21.514, que instituiu um crédito anual de 40.000:000\$, destinado à renovação da Esquadra e referente a um período compreendido de 12 anos. Assim, pôde ser autorizada a construção de três contratorpedeiros da classe *Marcílio Dias*, no Arsenal da Ilha das Cobras. Havia planos na instituição de se iniciar, em um curto prazo após o início da autorização, a construção de seis navios mineiros em oficinas particulares, tanto no Distrito

Federal como em Santos e na Bahia.⁶¹ Entretanto a questão da construção dos cruzadores e das demais embarcações que faltavam era ainda uma dúvida. O país tentou naquele ano a aquisição dos cruzadores e de alguns contratorpe-

deiros nos Estados Unidos, porém não teve sucesso, em grande parte por causa das disposições estabelecidas no Tratado Naval de Londres, de 1936⁶².

No ano que antecede à eclosão da Segunda Guerra Mundial, a *Revista Marítima Brasileira*, em sua edição de agosto de 1938, trouxe publicações sobre as forças militares de potências mundiais. No texto “As frotas das grandes potências em 1938”, por exemplo, foi demonstrada a situação em que estavam

**Na década de 30, a *RMB*
intensifica notícias sobre
forças navais da Alemanha
e da Europa, sempre
ligadas à construção naval
e à produção industrial**

60 BLAIR, Clay. *Hitler's U-Boat War: The Hunters, 1939-1942*. Modern Library, 1st Edition, 2000, p. 78.

61 BRASIL. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1937, pp. 77-81.

62 WALDMANN JÚNIOR, Ludolf. “Tecnologia naval e política: o caso da Marinha brasileira na Era dos Contratorpedeiros, 1942-1970”. Dissertação (Mestrado em Ciência Política – Universidade Federal de São Carlos), São Carlos, 2013, p. 41.

as frotas de algumas potências no 1º dia daquele ano, com a exclusão da Marinha italiana, sem aparente justificativa para esta ficar de fora da análise. O informe transcreve o quantitativo de alguns tipos de embarcações de guerra de Marinhas como a da França, que contava com seis encouraçados de mais de 22 mil toneladas em serviço e três em construção, além de 52 contratorpedeiros e 48 submarinos.⁶³ Já a Inglaterra contava, com base nesses dados obtidos pela RMB, com 15 encouraçados em serviço e mais cinco em construção, além de seis porta-aviões e 54 submarinos. Outra força militar exposta na matéria é a da Rússia, que detinha em suas unidades em serviço, somadas às frotas no Báltico e do Mar Negro (não foram obtidas informações sobre as frotas do Pacífico), quatro encouraçados, cinco cruzadores e 32 submarinos. É interessante notar um outro texto na mesma seção, “Proteção ao tráfego marítimo em tempo de guerra”⁶⁴, que já evocava a necessidade e a importância logística e de segurança do uso dos sistemas de comboios para a proteção das linhas comerciais nos tempos de beligerância para se evitarem os perigos inimigos e corsários à espreita das embarcações.

Uma das principais ameaças que conhecemos ao longo da Segunda Guerra Mundial, em relação ao cenário naval, foram justamente as ações dos submarinos inimigos que preocupavam a circulação das rotas de logísticas comerciais do Atlântico, levando a um intenso processo de capacitação para enfrentar tais ameaças e retomar as operações aliadas, utilizando do recurso de comboios para maior proteção dos navios mercantes.

BRASIL NA 2ª GM E AS PUBLICAÇÕES RMB: O FIM DA NEUTRALIDADE E A ATUAÇÃO DA MARINHA BRASILEIRA NA BATALHA DO ATLÂNTICO

A Campanha do Atlântico Sul ajudou a vencer a guerra. Os homens que a travaram, vivos e mortos, estão satisfeitos com essa afirmação. Eles não pedem que algo mais seja dito.
(NOWELL, Charles)

Acerca das publicações da *Revista Marítima Brasileira* durante o transcorrer da Segunda Guerra Mundial, nos preocupamos em direcionar a análise de nossa pesquisa para a verificação de textos informativos para os militares da Marinha do Brasil, público-alvo do periódico, sobre a progressão do confronto e, claro, a inserção da instituição militar no combate, a partir de 1942. Não encontramos, durante o trato com a fonte, material que nos demonstrasse esta efetiva posição de divulgadora dos acontecimentos militares navais por parte dos membros da revista. No período referente à participação brasileira na guerra, de 1942 a 1945, não há na RMB artigos que tratem sobre os acontecimentos compreendidos naquele contexto, nem referências a assuntos internacionais ou nacionais. Assim, o que verificamos e utilizaremos em maior abordagem nesta parte do capítulo são os trechos do periódico, nas seções que compunham a parte de divulgação internacional, com informes extraídos de outros periódicos, traduzidos e publicados em Revista de Revistas e Noticiário, único meio de

63 A.R. (org). “As frotas das grandes potencias em 1938”. *Revista Marítima Brasileira*, n. 1-2, 1938, pp. 99-102.
64 A.R. (org). “As Frotas das grandes potencias em 1938”. *Revista Marítima Brasileira*. n. 1-2, 1938, p. 105.

informação acerca dos acontecimentos da guerra. Além disso, abordaremos a efetiva participação da Marinha do Brasil na Batalha do Atlântico, observando suas missões realizadas e o envolvimento próximo com os militares norte-americanos, interessados na projeção estratégica que o país tem na zona do Atlântico Sul.

Durante 1939, a *Revista Marítima Brasileira* não publicou nenhum artigo de grande relevância sobre os acontecimentos na Europa e no Atlântico, limitando-se apenas a suas publicações normativas referentes a biografias e estudos de batalhas passadas e momentos históricos, caracterizando a nova diretriz seguida pela redação sob o comando de Didio A. da Costa, que publicava artigos de sua autoria referentes ao campo da produção de História, como os textos divididos em cinco partes, “História Marítima do Rio de Janeiro” e outro chamado “Importância do estudo de campanhas passadas”⁶⁵. Sobre a situação de confronto em território europeu, a *RMB*, em sua edição de setembro/outubro de 1939, publicou, na seção Noticiário, texto sem autoria própria, provavelmente escrito pelo responsável da seção, chamado “Guerra na Europa”, primeiro conteúdo sobre a delicada situação no continente e as tensões existentes entre Alemanha e os três países, Inglaterra, França e Polônia, após a ocupação de Dantzig pelas forças militares germânicas, em 1º de setembro, e logo após, as declarações de guerra oficiais entre os países. Notamos também presente na mesma seção a publicação dos atos administrativos daquele ano, com a transcrição do ato que declara as regras de neutralidade do Brasil, o

Decreto-Lei nº 1.561, de 2 de setembro de 1939, que aprova a situação neutra do país no caso de guerra entre potências estrangeiras não americanas.

Percebemos que o ano de 1940 dá início ao que viria a ser a preocupação máxima dos envolvidos na guerra: a atuação do Eixo nos mares, principalmente no Oceano Atlântico. Naquele ano, a seção Revista de Revistas apresentou a tradução de informação de periódico estrangeiro sobre a condução estratégica dos oficiais da Marinha alemã. O texto “A Estratégia Naval Alemã” já contornava os traços de como atuaria durante toda a progressão da guerra a Marinha germânica. O autor comenta a situação desfavorável em que a Alemanha se encontrava, em comparação com a Marinha inglesa, pela falta de navios de batalha em sua esquadra principal. Por isso, foi preciso uma reformulação da mentalidade de seu Almirantado, desistindo, num primeiro momento, da antiga aspiração de conquistar o domínio do mar e impondo-se desta vez na compensação de objetivar seus esforços fundamentais na guerra ao tráfego marítimo com finalidade de enfraquecer e talvez quebrar a resistência econômica e comercial britânica.⁶⁶ Ainda em 1940, na edição de outubro da *RMB*, notamos a publicação de notícias transcritas do periódico *Jornal do Commercio*, com os títulos “Produção de Ferro no Brasil” e “A borracha brasileira”, que tratavam sobre a demanda de produção a pleno vapor de ferro e aço no Brasil, além da preocupação de se manter a taxa alta de produção da borracha brasileira e seus similares sintéticos, produtos que abaste-

65 COSTA, Didio I. A da. “Importância do Estudo de Campanhas passadas”. *Revista Marítima Brasileira*, Anno 49, n. 3, 1939, p. 640.

66 A.R. “A estratégia naval alemã”. *Revista de Revistas. Revista Marítima Brasileira*, Anno 50, n. 4-5, 1940, pp. 1.489-1.490.

ciam a demanda nacional e eram exportados, sendo visados principalmente pelos Estados Unidos para complementação de seus esforços de guerra.⁶⁷

As publicações da *RMB* sobre outras forças militares estrangeiras estavam naquele momento voltadas para curiosidades do setor industrial internacional, questão referente à matéria-prima da construção naval, além de dar destaque maior a publicações sobre a Marinha norte-americana e seu crescimento exponencial, como visto na Revista de Revistas de 1941, nos textos: “A produção de alumínio dos Estados Unidos e a indústria bélica”, “A borracha nos Estados Unidos” e “A construção de navios de guerra nos estaleiros dos Estados Unidos aumenta de forma notável”⁶⁸. Desde 1930, há nos Estados Unidos alterações em sua política externa que coadunam em maior aproximação diplomática com países da América Latina, a chamada política da boa vizinhança, que consistia em manter vínculos culturais, militares e econômicos com países latinos, a fim de preservar a presença norte-americana naqueles continentes vizinhos, América Central e América do Sul.

Os assuntos referentes à segurança e à defesa ganhavam paulatinamente maior relevância nas relações entre os países, principalmente entre os norte-americanos e o Brasil. Tempone comenta que o General Góes Monteiro foi aos Estados Unidos em junho de 1939 e que descreveria, em carta ao Presidente Getúlio Vargas, o cuidado com que foi recebido em solo norte-americano: “Desde os meus primeiros contatos com o povo, com o

Exército e com os grandes homens dos Estados Unidos, tenho sido alvo das mais francas demonstrações de amizade e interesse pelo Brasil”⁶⁹. Na edição de julho de 1941, temos um artigo publicado, de autoria de Castro Guimarães, chamado “A Marinha norte-americana”, que se propunha a tecer comentários de exaltação à produção industrial bélica que vinha sendo efetuada pelos Estados Unidos, em uma clara preparação ao Estado de belligerância iniciado na Europa e que afetava diretamente seus interesses e políticas de segurança no Atlântico.

Em uma tentativa de se evitarem as ameaças de submarinos do Eixo, que visavam conter o fluxo de comércio e transporte de carga (como matéria-prima) entre as nações aliadas, intensificou-se o fortalecimento da conhecida “Cintura do Atlântico”, referente ao estreito trecho entre a América do Sul e a África, partindo da proeminência geográfica de Natal, Rio Grande do Norte. Assim, foi necessária a instalação de bases militares de vigilância no Brasil. O Eixo desejava interromper o envio de matérias-primas para os Estados Unidos e de suprimentos para a Grã-Bretanha, iniciando, assim, o ataque às embarcações mercantes que navegassem pelo Atlântico⁷⁰. Oriunda de 1941 e aprovada pelo Congresso americano, a Lei de Empréstimos e Arrendamentos (Lend Lease Act) compreendia acordos de assistência dos Estados Unidos aos aliados contra o Eixo. Durante a atuação deste programa, estabelecido em parceria com os norte-americanos, foi incorporado às frotas brasileiras

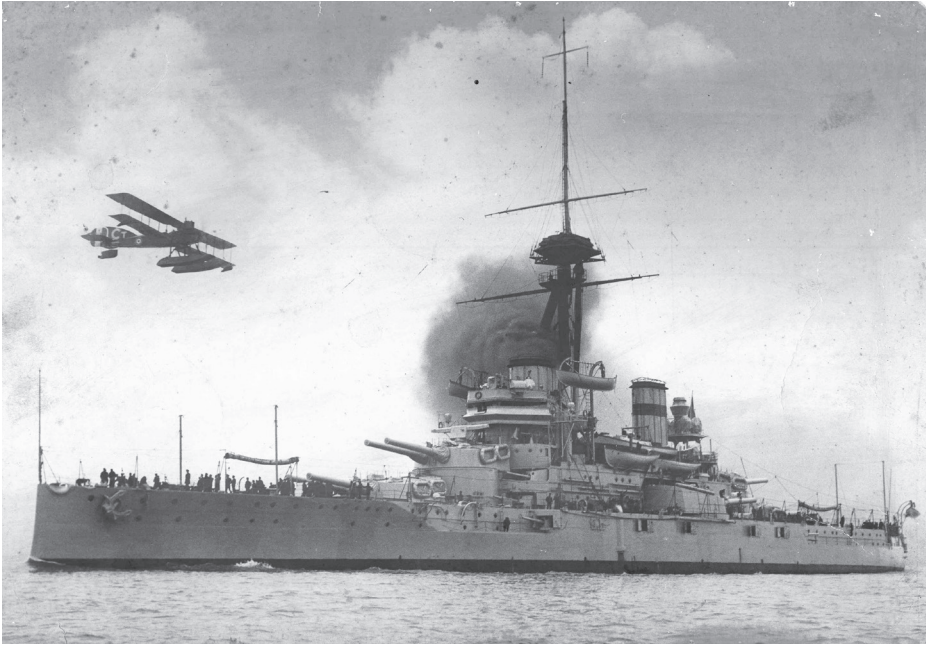
67 A.R. (org). Revista de Revistas. *Revista Marítima Brasileira*, Anno 50, n. 8, p. 1.726.

68 A.R. (org). Revista de Revistas. *Revista Marítima Brasileira*, Anno 51, n. 3-4, 1941, pp. 3.287-3.306.

69 CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>. Arquivo Getúlio Vargas, GV c 1939.06.16/1. *Apud*

Tempone, Victor. “O Brasil vai à guerra: a inserção brasileira em um conflito global”. Dissertação de mestrado apresentada em 2007, Uerj, p. 105.

70 DUARTE, Paulo Q. *Dias de Guerra no Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1968.



Encouraçado *São Paulo* na Primeira Guerra Mundial



Força Expedicionária Brasileira (FEB) embarca em navios na Segunda Guerra Mundial



Caça-submarinos *Guajará* lança bombas de profundidade em 1944

um efetivo de meios navais, tais como: Caça-Submarino classe *G*, começando pelo *G1-Guaporé* e *G2-Gurupi*, e oito Caça-Submarinos classe *J* (*sub-chasers*) – *Javari*, *Jutai*, *Juruá*, *Juruema*, *Jaguarão*, *Jaguaribe*, *Jacuí* e *Jundiá*.⁷¹

Também percebemos que o engajamento dos norte-americanos no conflito mundial, em dezembro de 1941, aumentou automaticamente as pressões por um alinhamento brasileiro. Para os EUA tornou-se essencial assegurar uma base militar na costa do Nordeste brasileiro que apoiasse suas operações no norte da África. Era de urgência também garantir o suprimento de uma variedade de materiais estratégicos brasileiros, em especial para fomento do processo industrial, como já mencionado anteriormente, do campo bélico, como alumínio, níquel, cobre, magnésio e quartzo, bem como a produção de borracha, por exemplo.⁷²

Em publicação de julho de 1942, na seção Noticiário, vemos no quadro de notícias nacionais a publicação referente ao Departamento de Imprensa e Propaganda, “Inominável atentado contra o Brasil”. O texto informa aos leitores os afundamentos dos vapores *Baependi*, *Anibal Benévolo*, *Araraquara*, *Itagiba* e *Arará* por submarinos pertencentes a países do Eixo.⁷³ A *Revista Marítima Brasileira* faz, ainda, um adendo ao texto, dizendo que a bordo do *Baependi* seguia para o Nordeste do Brasil parte de unidade do Exército com efetivo

de praças. A publicação comenta também sobre os ataques às indefesas embarcações que estavam em circulação na costa do país, com transporte de passageiros e cargas de um estado para outro, e que foram abruptamente atacadas por submersíveis inimigos. O autor diz:

Nosso país, dentro de sua tradição, não se atemoriza diante de tais brutalidades, e o Governo examina quais as medidas a tomar em face do ocorrido. Deve o povo manter-se calmo, confiante na certeza de que não ficarão impunes os crimes praticados contra a vida e os bens brasileiros.⁷⁴

Essa movimentação intensa no Atlântico Sul foi o maior perigo representado e motivo para o Brasil declarar guerra ao Eixo, pois o país dependia das rotas marítimas para importações e exportações essenciais à manutenção de sua economia⁷⁵, sem falar no cerceamento das comunicações internas entre cidades brasileiras. A *Revista Marítima Brasileira* publicou, ainda em 1942, o texto “Fala o Ministro da Marinha”, no qual o Almirante Guilhem se dirige ao presidente do Brasil e comenta sobre o preparo da instituição diante dos acontecimentos recentes:

Os marinheiros do Brasil não esperaram que o inimigo viesse bater às suas portas para correr a seus postos:

71 MARTINS, Helio Leoncio; SALDANHA DA GAMA, Artur Oscar. “A Marinha na Segunda Guerra Mundial”. In: *Historia Naval Marítima Brasileira*, volume 5, Tomo II. Serviço de Documentação Geral da Marinha: Rio de Janeiro, 2006, p. 303.

72 MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: A política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 115.

73 ANÔNIMO. Noticiário. “Inominável atentado contra o Brasil”. *Revista Marítima Brasileira*, Anno 53, n. 1-2, 1942, pp. 223-224.

74 Idem, 226.

75 ALVES, Vágner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: a história de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2002.

– muito antes que as nuvens de borrasca chegassem a este lado do Atlântico, já os navios da Armada percorriam a costa do nordeste vigilantes e dispostos a enfrentar as agressões externas, e desde os primeiros dias deste ano a gente da Marinha, manteve-se na vida árdua de patrulha no mar, animosa e devotada, sem que disso se apercebessem os nossos patrícios. É que a Marinha, Sr Presidente, cumpre o seu dever em silêncio e é nesta discrição, que herdamos dos nossos heróicos antepassados, que reside a nossa maior glória, a glória do bem à pátria.⁷⁶

A entrada brasileira na guerra acontece, pois, dentre diversos fatores, houve incidentes de ataques e destruição a navios mercantes brasileiros na costa nacional, que são atribuídos a submarinos oriundos do Eixo⁷⁷, o que gera uma iminente progressão na tensão e rompimento das relações diplomáticas entre os países envolvidos.

Além desta situação, a entrada dos Estados Unidos na guerra⁷⁸ foi significativa no que tange ao envolvimento dos países da América Latina, a partir do qual os submarinos alemães passam a atuar no Atlântico Sul e começam a estratégia de ataque a navios até então dados como neutros na guerra. Passaram a se intensificar as ações no Atlântico, e novos meios navais foram se incorporando, além da utilização de bases adquiridas por norte-americanos situadas nas ilhas

atlânticas, elementos fundamentais para a estratégia aliada de vigilância das rotas comerciais.

Paulo de Queiroz Duarte diz que as ações no Atlântico passaram a se intensificar, mas a Marinha do Brasil não estava ainda preparada para o enfrentamento de submarinos no que se refere a conhecimentos, equipamentos e armamentos. Entretanto, devido à posição estratégica geográfica favorável, principalmente no Nordeste do país, o Brasil passou por um programa de renovação de sua esquadra e por um treinamento de seus homens para táticas antissubmarinas⁷⁹ para auxílio ao governo norte-americano na defesa do Hemisfério Sul. Os Estados Unidos instalaram bases e centros de treinamento, como os Centros de Instrução de Guerra Antissubmarino (Cigas), no Recife e em Natal. No Nordeste brasileiro foi criada a Força Naval do Nordeste, contando com uma frota mista de embarcações, com cruzadores, caça-submarinos e contratorpedeiros de escolta (CTE), entre outras embarcações, para cumprir com as funções militares nas missões da Marinha no cenário da guerra, ao longo do litoral brasileiro⁸⁰, contribuindo para que a navegação dos Aliados no Atlântico Sul fosse assegurada, além de barrar qualquer investida dos submarinos e das trocas de materiais vitais para a economia interna e, claro, armamentos entre Alemanha e Japão.

Como observado pelo Almirante Arthur Saldanha da Gama, em levantamento das ações da Marinha brasileira durante

76 ANÔNIMO. Noticiário. Fala o Ministro da Marinha. *Revista Marítima Brasileira*, Ano 53, n. 4, 1942, p. 518.

77 Um dos maiores ataques foi a série de navios mercantes torpedeados pelo submarino *U-507*, que somou mais de 600 perdas de brasileiros.

78 No dia 7 de dezembro de 1941, o Japão bombardeou a base norte-americana de Pearl Harbor, localizada no Havaí, destruindo aviões e navios. Foi então declarada a guerra por parte dos Estados Unidos ao Japão e, posteriormente, à Alemanha e Itália.

79 DUARTE, Paulo de Queiroz. *Dias de Guerra no Atlântico Sul*. Bibliex, 1968, p. 141.

80 DUARTE, Paulo de Queiroz. *Dias de Guerra no Atlântico Sul*. Bibliex, 1968, p. 146.

a guerra, escrito em conjunto com o Almirante Helio Leoncio, “os comboios eram basicamente trens de suprimentos que iam pelo mar”⁸¹, assim os navios a serem protegidos seguiam em formação, sendo escoltados pelos navios de guerra localizados em posições estratégicas, junto a patrulhas de aviões fazendo a vigilância das rotas⁸².

Desse modo, além de força naval antissubmarinos, foi necessário instruir e adestrar as equipes que iriam operar e utilizar equipamentos específicos do combate naval daquele momento, como sonares, foguetes e bombas de profundidade. Os sargentos ficaram encarregados do controle da utilização dos sonares, a fim de detectar e lançar ataques visando neutralizar as ameaças submarinas, ao passo que, aos oficiais, seriam impostos os encargos de análise dos registros dos contatos, a identificação dos submersíveis inimigos e a condução das respostas ofensivas e situações de confronto. Após o adestramento do elemento humano ser conduzido por experiências nos centros de treinamentos norte-americanos e os então criados no Brasil, a falta de experiência da Marinha brasileira na guerra antissubmarina estaria, ou deveria estar, minimamente suprida.

Os acordos com os Estados Unidos ainda proporcionaram uma incorporação de efetivo bélico naval, substancial para a Marinha do Brasil, como na vinda de vários navios de guerra já preparados para o tipo de combate submarino, principal ameaça para o litoral, as missões

do Atlântico. Com a atuação brasileira nos comboios de navios mercantes, a Marinha chegou a um número de mais de 3 mil navios comboiados, sendo mais de mil norte-americanos e outros de países aliados ao Brasil⁸³. Outras missões de grande importância para o esforço de guerra executadas pela Marinha do Brasil foram as de participação da escolta da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que se dirigia rumo à Europa para atuar principalmente em território italiano, em auxílio às tropas terrestres aliadas no avanço dos Aliados por solo europeu. Além disso, a Marinha do Brasil é creditada pela atuação em salvamentos, ocorridos ao longo da guerra, de navios de nacionalidade aliada e socorro aos aviões que faziam as rotas vinda da África, passando pelos ataques inimigos.⁸⁴

Em julho de 1944, a *Revista Marítima Brasileira* publicou uma série de pequenos artigos, em uma seção criada no ano anterior, a Respiga, que reunia publicações sobre um mesmo assunto em formatos de crônicas, narrações ou artigos propriamente ditos. No referido caso, tratava-se da participação da Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em concordância com o cenário aliado. O primeiro publicado, “O Brasil na guerra”, trazia comentários sobre a atuação conjunta de Brasil-EUA e a efetividade de atividades no patrulhamento das linhas marítimas do Atlântico Sul, para manutenção da segurança das rotas comerciais. Sobre o posicionamento da Marinha brasileira:

81 GAMA, Arthur Oscar Saldanha da; MARTINS, Helio Leoncio. “A Marinha na Segunda Guerra Mundial”. In: *História Naval Brasileira*. Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, v. 5, tomo II. Rio de Janeiro, 1985, p. 331.

82 GAMA, Arthur Oscar Saldanha da; MARTINS, Helio Leoncio. “A Marinha na Segunda Guerra Mundial”. In: *História Naval Brasileira*. Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, v. 5, tomo II. Rio de Janeiro, 1985, p. 369.

83 Idem, pp. 269-274.

84 Idem, p. 374.

O Almirante Jonas Ingram afirmou que o decréscimo de efetivos das forças norte-americanas, nesta parte do Atlântico, foi tornado possível graças ao concurso da Marinha de guerra do Brasil. A cada unidade naval brasileira que entra em operação, uma unidade norte-americana correspondente é retirada para operar em qualquer outro ponto. Quer isto dizer que a nossa esquadra está participando efetivamente da luta que se trava no Hemisfério contra os corsários eixistas. Alias, a ameaça submarina alemã está definitivamente controlada.⁸⁵

É interessante notar também que os responsáveis editoriais pela *Revista Marítima Brasileira* pareciam, ao longo da década de 1940, se valer das seções do periódico para publicar informes de outras revistas e meios de divulgação, nacionais ou internacionais, que

celebrassem e engrandecessem os feitos e participações no cenário de guerra, por parte da Marinha do Brasil.

Começamos a perceber na *RMB* o que parece ser um sentimento de que houve uma falta de valorização nacional dos esforços militares navais de proteção litorânea, além de uma subjugação das missões conjuntas com os Estados Unidos, tendo os principais periódicos dado maior enfoque à contribuição da FEB no teatro de operações na Itália. Sobre este assunto, na mesma edição de 1944, vemos a publica-

Na década de 1940, as seções da *RMB* publicavam informes, nacionais ou internacionais, que celebrassem feitos da Marinha do Brasil no cenário de guerra

ção “O Esforço Direto e Efetivo do Brasil na Guerra”, composta de uma transcrição da carta do Capitão de Fragata Gerson de Macedo Soares, chefe do Estado-Maior da Força Naval do Nordeste, endereçada como resposta à fala do embaixador britânico, Donald St. Clair Gainer, proferida a um periódico nacional não identificado que se referiu ao esforço de guerra brasileiro como sendo as ações que a força expedicionária faria ao desembarcar em solo europeu e agradecendo ao país por esta que seria a participação direta e efetiva do Brasil na guerra. O Comandante Gerson, então, transparece sua opinião sobre a fala do embaixador, considerada injusta por ele:

Já se tornou hábito declarar-se *urbi et orbis* [“à cidade e ao mundo” – grifo nosso] que, com a próxima ida da força expedicionária brasileira para a Europa, é que o Brasil vai tomar parte *efetiva* ou *direta* na guerra. Ora, desde que esta

foi declarada entre nosso País e o Eixo, vêm a nossa Marinha de Guerra e a Força Área Brasileira tomando parte realmente *efetiva* e *direta* na guerra, em um dos teatros marítimos de suas numerosas operações, qual seja no Atlântico Sul, onde submarinos alemães e italianos agiram efetiva e tenazmente, afundando numerosos navios.

Nossas naves de guerra foram, desde o princípio, empregadas a fundo, nos duros serviços de escolta a comboio, em toda a costa do Brasil

85 ANÔNIMO. Respiga (org). *Revista Marítima Brasileira*, Ano 54, n. 1, 2 e 3, 1944, p. 207.

e até para o estrangeiro; de patrulha oceânica; de caça direta aos submarinos; de socorro a naufragos e navios torpedeados, e vários outros serviços da mesma espécie daqueles em que se empenhavam os navios de guerra americanos e ingleses nesta área de operações. Desde que se declarou a nossa guerra (...) não se passou um só dia, fosse qual fosse o tempo, em que pelo menos um navio de guerra brasileiro não estivesse, no mar em serviço efetivo na guerra.

Nas numerosíssimas operações de comboios por exemplo, dezenas e dezenas de navios mercantes ingleses, representando centenas de milhares de toneladas, foram escoltados, com toda segurança, por navios de guerra brasileiros exclusivamente ou em conjunto com navios norte-americanos, em águas em que a guerra era efetiva, pois o inimigo a infestava e seus submarinos afundavam numerosos navios.⁸⁶

A Missão Brasileira no Atlântico Sul estava concentrada em operações de proteção das linhas de comunicações, principais alvos dos submarinos alemães, utilizando comboios de embarcações militares, antissubmarinas, para a escolta dos navios mercantes de nacionalidades aliadas, tornando-se assim a maior atuação da Marinha brasileira na Batalha do Atlântico⁸⁷. Além dos navios, aviões patrulhavam adiante das rotas percorridas, atacando os submarinos avistados ou, pelo menos, fazendo-os mergulhar e perder suas possibilidades ofensivas. Outra considerável participação da força

naval brasileira foi a operação da Marinha brasileira de patrulhamento do litoral e bloqueio dos suprimentos alemães provenientes do Oriente, onde uma das esquadras da Marinha participou da tarefa realizando patrulhas e escoltas oceânicas até o final definitivo do confronto, em 1945, que marca o próprio fim da campanha militar no Atlântico.⁸⁸

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de nossa explanação, buscamos fomentar a compreensão do envolvimento naval militar brasileiro nas duas grandes guerras mundiais pela perspectiva de uma fonte periódica que se desenvolveu no Brasil e viu o país, o mundo e a própria Marinha de Guerra se desenvolver junto a ela: a *Revista Marítima Brasileira*. A revista, além de fazer parte de um projeto de inserção da instituição militar Marinha do Brasil na produção de uma particular imprensa periódica do século XIX, nos dá as ferramentas necessárias para analisar o entendimento, por parte dos oficiais da Marinha, de sua própria realidade intelectual, de interesses políticos do país, da produtividade industrial brasileira e do avanço tecnológico, bem como para se compreender, inserida em um processo natural de desenvolvimento, a arte da guerra, fomentada pelo surgimento de novas formas e cenários militares ao longo da virada para o século XX e no desenrolar dos grandes confrontos mundiais que ocorreriam.

Nosso propósito foi o de demonstrar que os responsáveis editoriais pelas publicações, produções de artigos e informes

86 ANÔNIMO. Respiga (org). *Revista Marítima Brasileira*, Ano 54, n. 1, 2 e 3, 1944, pp. 208-210.

87 MINISTÉRIO DA MARINHA. *História da Marinha Mercante Brasileira*. Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, v. 1, Rio de Janeiro, 2005, p. 369.

88 MINISTÉRIO DA MARINHA. *História da Marinha Mercante Brasileira*. Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, v. 1, Rio de Janeiro, 2005, pp. 389-392.

do periódico podem ter contribuído com a fomentação de um discurso institucional da Marinha do Brasil que definiu uma identidade de si, ou seja, os redatores dos periódicos buscaram, através do tempo, definir o próprio entendimento de pertencimento como militar na Marinha do Brasil, em um período em que tanto a instituição militar quanto o próprio Estado brasileiro estavam, ainda, em definição. A existência da imprensa periódica militar internacional era percebida pelos redatores dos periódicos brasileiros, pois inúmeras referências foram registradas nesta pesquisa. Há todo um processo de divulgação de informação, oriundo de periódicos militares internacionais, que contribuíram para a construção do entendimento da realidade militar mundial, com seus avanços e atualizações.

Portanto, nossa pesquisa se configurou na busca por entender que os textos da *RMB* continham determinados objetivos particulares referentes a seus produtores editoriais, como os de instruir o público-alvo, prioritariamente militares oficiais, acerca de assuntos particulares ao mundo naval e técnico-militar e de se perceber a Marinha do Brasil como uma instituição inserida no processo de mudanças ao longo da história política internacional e os desdobramentos que tais modificações causaram no processo de compreensão da missão da força para com sua nação e na conjuntura de alianças internacionais e defesa de interesses correlatos.

Conseguimos observar assim que, por estar em atividade desde o século XIX, a *Revista Marítima Brasileira* se mostra uma fonte interessante de análise da percepção dos oficiais da Marinha para o determinado contexto cronológico deste artigo. As publicações de informes e transcrições de notícias de periódicos nacionais e internacionais serviram como

base para se construir um entendimento militar próprio das ações proferidas pela Marinha do Brasil nas guerras mundiais e nos períodos entre elas.

Na Primeira Guerra Mundial, o conflito que eclodiu na Europa em julho de 1914, em seu início, nada dizia respeito ao Brasil, em vista do distanciamento geográfico e por razões referentes à situação sociopolítica e às crises econômicas e financeiras pelas quais passava o país, quando as preocupações estratégicas nacionais se voltavam prioritariamente para território nacional. Porém a intelectualidade e as elites políticas brasileiras logo se envolveram em assuntos correlatos aos desdobramentos que levaram à eclosão da guerra da Europa.

Percebemos, com base na *RMB*, o surgimento de publicações que visavam promover debates sobre a situação política e militar que levaram os conflitos internos da Europa a um patamar globalizado, ou quase isso, e uma tendência particular da Marinha do Brasil em entender os avanços proferidos por forças militares envolvidas na guerra, favorecendo sempre a causa aliada, pressionados diplomaticamente por Inglaterra e França. O Brasil acaba inserido neste contexto internacional, pois o café, principal produto de exportação do país, sofreu restrições por parte dos Aliados, gerando o aumento de seu preço no mercado internacional. Além disso, o ingresso dos Estados Unidos na guerra, para assegurar o pagamento de vendas e empréstimos feitos aos Aliados, deixava nítido o lado que se sobressairia ao final do confronto, e o governo brasileiro declarou a intenção de estreitar a aproximação com os norte-americanos.

O envio de forças brasileiras para combater em território estrangeiro, conforme visto em publicações do periódico

pesquisado, se daria em defesa da Pátria contra a agressão externa e auxílio às forças aliadas. Os benefícios de maior alcance auferidos com a participação do Brasil na Grande Guerra, principalmente no que se refere à efetiva missão de patrulhamento protagonizado pela DNOG na África, foram, entre outros: o ganho de experiência militar, mesmo que tardia e ainda de forma básica, sobre as novas formas de combate que surgiram com os avanços dos meios bélicos e navais; a experiência diplomática por ter se envolvido mais diretamente no jogo de poder das grandes potências, o que levou o Brasil a participar, ainda que com restrições, das Conferências de Paz; o interesse no processo de industrialização do país; o alerta para se pensar em investimentos para o fomento de estratégias de proteção e defesa de interesses nacionais; e a ocasião do contato com outras forças armadas aliadas, que gerou missões militares estrangeiras no Brasil, a fim de auxiliar no processo necessário de reorganização administrativa da Marinha do Brasil e das Forças Armadas como um todo.

Em sua participação na Segunda Guerra Mundial, podemos notar, pelos informes da *Revista Marítima Brasileira*, a busca por modernização da Marinha brasileira, tanto no período anterior à entrada do Brasil na guerra quanto ao longo de sua progressão até a declaração oficial do Estado de Guerra, em que se apresentaram características singulares em relação à modernização das Marinhas das potências militares da Europa.

A causa principal de se prevalecerem informações acerca, principalmente, de uma aproximação com os Estados Unidos se dá pela dependência do Brasil da tecnologia bélica utilizada pelas grandes potências, especialmente os Estados Unidos, exemplo para os oficiais brasileiros,

o que colocava a importação de navios e a necessidade de adestramento do material humano como os principais desejos da Marinha do Brasil. A Marinha iniciou a Segunda Guerra Mundial com uma frota considerada obsoleta, fragilizada pelo rápido avanço tecnológico do período entre as duas guerras mundiais e incapaz de defender os interesses nacionais e suas divisas litorâneas.

Programas navais foram uma preocupação bastante particular observada nas publicações dos diversos diretores que assumiram a redação da *RMB*. Ainda que em dado momento um programa naval estivesse em execução, com materiais fornecidos principalmente por estaleiros europeus, ele não previa a incorporação de tecnologias avançadas para a época ou equipamento antissubmarino, de extrema importância para o cenário que se instaurou na guerra marítima, com a incursão de submarinos no Atlântico.

A preocupação em defender o Atlântico Sul, participando de missões ativas durante a chamada Batalha do Atlântico, colocou a Marinha do Brasil numa perspectiva de avanço em se entender como força militar global e não mais apenas regional. A *RMB* contribuiu neste cenário fomentando o imaginário e construindo, por meio de suas publicações, o percurso tomado pelas decisões políticas e militares dos chefes de comando do Brasil e dos Estados Unidos, bem como nutrindo sentimento de patriotismo por parte da instituição e de orgulho das ações praticadas ao longo da guerra.

Entendemos, assim, que a revista serviu como instrumento institucional, que refletia as colocações de seus redatores e diretores, bem como as da própria instituição, que, em seu entendimento, tinha uma importante função para o país. Portanto, esperamos que nosso texto contribua para

a renovação do olhar historiográfico sobre a utilização de periódicos militares como fonte de pesquisa das instituições militares que os produzem, a própria natureza

da produção de imprensa militar e da intelectualidade do seu corpo editorial e o papel que a Marinha do Brasil assumiu nas duas guerras mundiais do século XX.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ADMINISTRAÇÃO>; Publicação Editorial; Revista; Revista Marítima;

<ARTES MILITARES>; Guerra;

<FORÇAS ARMADAS>; Marinha de Guerra;

<PSICOSSOCIAL>; Imprensa;

<GUERRAS>; Primeira Guerra Mundial; Segunda Guerra Mundial;

<HISTÓRIA>; História; História da Guerra; História Marítima; Missão Naval Americana;